



Governo e sociedade civil:

um debate sobre espaços públicos democráticos



Democratizar a democracia, tema do seminário realizado durante o III Fórum Social Mundial, é mais do que uma proposição. Representa o desafio de se construir um governo que possibilite a participação e acolha as demandas dos diversos segmentos da sociedade.

Como as ONGs devem atuar para ocupar esse espaço democrático de forma a colaborar com a construção de uma sociedade mais igualitária? Quais os rumos que devem ser seguidos pelo novo governo federal para que o Brasil torne-se um país mais justo? Entre alguns dos caminhos apontados, estão a revisão de concepções e processos históricos, a construção de novas institucionalidades e novos espaços públicos, enfim, o estabelecimento de um novo contrato social que realmente fortaleça e efetive a democracia.

No momento atual, em que ONGs, redes, fóruns e movimentos sociais decidiram conquistar sua participação na elaboração desse novo contrato social e que o governo federal propõe-se a abrir caminhos para essa inédita participação social acontecer, a Abong oferece, nesta publicação, as reflexões do *Democratizar a democracia*, efetivando, assim, o debate sobre espaços públicos democráticos entre governo e sociedade civil.

Governo e sociedade civil:
um debate sobre espaços públicos democráticos

Governo e sociedade civil: um debate sobre espaços públicos democráticos



Apoio



Copyright © 2003 by Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais

Editora responsável
Renata Farhat Borges

Coordenação editorial
Noelma Brocanelli

Capa, projeto gráfico e editoração eletrônica
Alfredo Carracedo Castillo

Revisão
Izabel Cristina Rodrigues

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Governo e sociedade civil: um debate sobre espaços públicos
democráticos / organizadora: Denise Gomide.
– São Paulo: Peirópolis: ABONG, 2003.

Vários autores.

1. Brasil – Condições econômicas 2. Brasil – Condições sociais
3. Brasil – Política e governo 4. Contrato social 5. Democracia
6. Organizações não-governamentais – Brasil 1. Gomide, Denise.

03-4918

CDD-322.0981

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil: Governo e sociedade civil: Ciência política 322.0981

9 8 7 6 5 4 3 2 1



07 06 05 04 03 02



Editora Peirópolis
Rua Girassol, 128 – Vila Madalena
05433-000 – São Paulo – SP – Brasil
Tel.: (55 11) 3816-0699 e fax: (55 11) 3816-6718
e-mail: editora@editorapeiropolis.com.br
www.editorapeiropolis.com.br

Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais – Abong

Editora responsável e Coordenação editorial

Denise Gomide

Tradução

Josep (Pep) Valenzuela

Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais – Abong

Rua General Jardim, 660 – 7º andar

São Paulo – SP – Brasil – CEP 01223-010

Tel./Fax: (5511) 3237-2122

E-mail: abong@uol.com.br

www.abong.org.br

Apoio:

Asociación Latinoamericana de Organizaciones de Promoción – Alop

Apartado postal 265 – 1350 San José, Costa Rica

Tel.: (506) 283-2122

Fax: (506) 283-5898

E-mail: info@alop.or.cr/alopse@sol.racsa.co.cr

www.alop.or.cr/

Apresentação

Democratizar a democracia: esta foi a proposta de debate, concretizada no Seminário ocorrido em 26 de janeiro de 2003, durante o III Fórum Social Mundial. De fato, mais do que uma proposição, este foi um desafio para se pensar como construir um governo que possibilite a participação e que acolha as demandas dos diversos campos da sociedade. Este encontro desafiador foi realizado pela Inter-Redes – Direitos e Política¹ –, pela Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais (Abong) e pela Asociación Latinoamericana de Organizaciones de Promoción (Alop) – com o apoio do Consejo de Educación de Adultos de América Latina (Ceaal) e da Gráfica Peres –, tendo em conta a urgente necessidade de estudos e avaliação de perspectivas sobre a construção de novas ordens sociopolíticas, econômicas e sociais, que almejassem, principalmente, novos rumos para o Brasil.

Ao longo de todo o dia, a questão da democracia se fez presente por meio da fala de intelectuais e militantes, representantes de vários campos sociais: mulheres feministas, negras, indígenas, acadêmicos, representantes de altos escalões governamentais, militantes sem-terra e sindical. As análises e os questionamentos debatidos mostraram a complexidade do tema: Como construir pontes que possibilitem um diálogo efetivo entre a sociedade civil e o Estado? Quais propostas possibilitam uma vida mais justa para o Brasil, seus governos e sua gente? Como organizações não-governamentais (ONGs), movimentos sociais, redes, fóruns e articulações de ONGs devem atuar para lograr uma sociedade mais igualitária, menos injusta? Quais os rumos adequados que devem ser seguidos pelo novo governo federal para que o Brasil comece a ser um novo... Brasil?

1. Criada no contexto eleitoral de 2002, por meio de convocação da Abong, a Inter-Redes é um espaço de articulação de redes e fóruns de organizações da sociedade civil brasileira, que atuam de diversas formas e em diversos temas, para o fortalecimento da esfera pública, promoção de direitos e proposição de políticas.

Essas foram algumas das perspectivas levadas em conta para debater experiências, rever processos históricos nacionais e internacional, discutir concepções, etc., com o intuito de que sejam construídas novas institucionalidades, novos espaços públicos e ...*um novo contrato social*, que fortaleçam e efetivem, realmente, uma *nova* democracia.

Mas fica uma pergunta: teria sido a proposta deste debate pretensiosa? Com base no processo histórico social mundial, as organizações promotoras têm certeza que não. Isso porque se o termo *democracia* – governo do povo – foi utilizado supostamente pela primeira vez no século V a.C., pelo historiador grego Heródoto (combinando as palavras gregas *demos*, que significa povo, e *kratein*, que significa governar), foi no pensamento do filósofo político do século XVII, Thomas Hobbes, que se constituiu a matriz comum da democracia moderna e do liberalismo e do *contrato social* – depois escrito e analisado em minúcias por outro jusnaturalista, Jean-Jacques Rousseau (séc. XVIII). Contudo, tanto a maior parte dos “contratos sociais” quanto das bases da “democracia moderna” têm-se mostrado insuficientes, ineficazes, contraditórias, injustas.

Por isso, neste início do século XXI, ONGs, redes, fóruns e movimentos sociais, brasileiros e de muitos outros países, decidiram conquistar sua participação na construção de um novo contrato social: um contrato feito não só de “cima para baixo”, mas horizontalmente, com as realidades e intempéries sociais realmente incorporadas no cerne deste acordo. No Brasil, o atual governo federal, eleito em 2002, propôs-se a abrir vias para esta inédita participação social acontecer: o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, incumbiu seus ministérios e secretarias de dialogarem, permanentemente e de várias formas, com a sociedade civil brasileira.

Diante disso, a Abong traz, nesta publicação, textos de apresentações ocorridas no Seminário Democratizar a Democracia, efetivando, assim, o *debate sobre espaços públicos democráticos* entre governo e sociedade civil.

Na primeira parte, *a democratização da democracia e pacto social* são esmiuçados historicamente pelo professor Boaventura de Sousa Santos que, em entrevista à Abong, retoma todos os aspectos discutidos durante o seminário: desde os significados do contrato social clássico até os modelos e propostas de novos contratos sociais, no mundo e para o Brasil. A seguir,

o texto de Tarso Genro, ex-prefeito de Porto Alegre e atual secretário Especial da Secretaria Especial e do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social – Sedes e CDES, respectivamente – do governo Lula, aponta os traços da fundamentação teórica sobre a *concertação* do CDES nesta nova modalidade de participação entre Estado e sociedade, e, em particular, a questão da formação do conceito de desenvolvimento econômico e social no Brasil – hoje, já vista na prática desta instância.

A incidência da sociedade civil, dos partidos e dos movimentos sociais nas políticas públicas é o tema central abordado por personalidades de três diferentes campos sociais. Como representante de uma das instâncias do governo federal – a Secretaria-Geral da Presidência da República –, o ministro-chefe Luiz Dulci discorre sobre as propostas iniciais da sua secretaria – muitas delas concretizadas após sete meses da sua gestão. Na sequência, o diretor da Abong e da ONG Pólis, Silvio Caccia Bava, recupera as trajetórias históricas latino-americanas de construção de grupos cidadãos, organizados para a defesa de direitos, principalmente a partir dos regimes de governos autoritários. O caso da *Mesa de concertação para a luta contra a pobreza*, do Peru, é relatado por Maria Josefina Huamán, que avalia, simultaneamente, a conjuntura do seu país e as conquistas das demandas desta articulação.

Perspectivas para o Brasil: pacto social ou novo contrato social? Essa é a questão-chave, tratada, na terceira parte, por três diferentes lideranças da sociedade civil organizada brasileira. Em primeiro lugar, Sílvia Camurça, como representante feminista da Articulação de Mulheres Brasileiras e porta-voz da Inter-Redes, estabelece nesse debate várias *considerações sobre um novo contrato social, os sujeitos e o espaço de sua construção*. Roberto Baggio, um dos coordenadores do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, propõe, por sua vez, a mudança do atual modelo econômico, tendo em conta as possibilidades de ação que se abrem com o novo governo federal. Em terceiro lugar, Edna Roland, ativista e *expert* nacional e internacional do movimento de mulheres negras, debate os problemas e expectativas que circundam as possibilidades de um novo contrato social *que rompa com 500 anos de racismo*.

A Abong espera, com esta publicação, dar visibilidade às propostas de parcelas representativas da sociedade civil organizada, bem como de representantes governamentais – incumbidos de realizar, de diferentes formas, o diálogo direto com os vários campos da população brasileira –, na esperança que a temática da democratização, da nossa ainda precária democracia, possa ser debatida e implementada.

Sérgio Haddad
Presidente da Abong
Membro da Inter-Redes

Sumário

Parte 1

Democratização da democracia e pacto social

Democratização da democracia e pacto social: Abong entrevista Boaventura de Sousa Santos	15
Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social: por um novo contrato social no Brasil	31
<i>Tarso Genro</i>	

Parte 2

A incidência da sociedade civil, partidos e movimentos sociais nas políticas públicas

Governabilidade ampliada e participação social no governo Lula	41
<i>Luiz Dulci</i>	
ONGs republicanas e democráticas em um novo cenário político	53
<i>Silvio Caccia Bava</i>	
Mesa de Concertação para a Luta contra a Pobreza – Peru	63
<i>Maria Josefina Huamán</i>	

Parte 3

Perspectivas para o Brasil: Pacto social ou novo contrato social?

Considerações sobre um novo contrato social: os sujeitos e o espaço de sua construção	77
<i>Sílvia Camurça</i>	
Mudar o modelo econômico	85
<i>Roberto Baggio</i>	
Por um novo contrato social que rompa com 500 anos de racismo	91
<i>Edna Roland</i>	

Parte 1
Democratização da
democracia e pacto social

Democratização da democracia e pacto social: Abong entrevista Boaventura de Sousa Santos¹

Abong – Professor, atualmente, vemos regressar, nos âmbitos nacional e internacional, a antiga idéia de realização de um contrato social. O que seria esse “contrato social” e por que, hoje, esta expressão regressa?

Boaventura – De fato, se olharmos um pouco para o mundo – da minha perspectiva, hoje, aqui em Porto Alegre – nós temos sinais contraditórios a respeito do que deve ser o contrato social ou sequer se o contrato social é possível. Os anos 1980 passaram, um pouco por todo o mundo, sob a lógica do Banco Mundial (Bird) e do Fundo Monetário Internacional (FMI). Criticou-se o contrato social como sendo algo que criava rigidez e corporativismo e, portanto, era algo que impedia a flexibilidade da globalização. No fundo, o contrato social, mesmo que tivesse sido útil no passado, era uma idéia para abandonar no futuro. Nós não precisávamos de contrato social, precisávamos de contratos individuais, entre empregadores e operários, entre as diferenças nos serviços, nas diferentes áreas. Nós precisaríamos

1. Sociólogo, doutor em Sociologia do Direito pela Universidade de Yale, professor catedrático da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra e autor de vários livros e artigos.

mais de uma contratualização, mais individualizada, e mesmo que fosse coletiva, que fosse micro, em nível de empresa, e nunca de sociedade no seu conjunto.

E esses anos foram anos difíceis. Entretanto, as coisas mudaram e, de alguma maneira, já assistimos, um pouco por todo mundo, ao regresso da idéia do contrato social. Por que ela regressa? Ela regressa, fundamentalmente, porque não temos outro nome para tentar inverter essa situação terrível em que nos encontramos, em que se cria riqueza – e, neste momento, nem sequer muita riqueza se cria, dada a relativa estagnação das economias –, mas se alimenta extraordinariamente a exclusão social. E o contrato social tinha sido aquele instrumento por meio do qual se havia tentado compatibilizar crescimento econômico com uma política de inclusão social.

Como as políticas do Bird – as chamadas políticas compensatórias – não deram resultado, pois a exclusão social aumentou, hoje, a idéia volta. Por exemplo, a Organização Internacional do Trabalho (OIT), em 1999, publicou um documento sobre trabalho decente², onde efetivamente procura fazer um apelo ao diálogo social, à concertação social ou pacto social. Na Europa, acaba de se produzir (2001) um documento sobre governança na Europa, em que de novo a idéia é a de que é necessário repor o contrato social, a alegria do diálogo social, para fazer avançar o chamado modelo social europeu. Mas as pessoas não vêm só de cima, vêm exatamente de baixo, dos movimentos sociais, das organizações.

2. De acordo com Juan Somavía, diretor-geral da Organização Internacional do Trabalho (OIT), o trabalho decente consiste em "ver os problemas e as aspirações através dos olhos das pessoas. Suas prioridades são o emprego e a renda decentes, oportunidades para seus filhos, segurança no trabalho, na família e na aposentadoria, respeito aos seus direitos e voz e participação nas decisões que têm a ver com elas. Esse conjunto constitui para nós, da OIT, o trabalho decente. Esse é o nosso objetivo para todos, mulheres e homens, no setor formal e na economia informal. Todos devem ter a oportunidade de acesso a um trabalho produtivo e digno. Essa é a pré-condição para um desenvolvimento socialmente sustentável, o caminho em direção à igualdade, uma fonte de esperança que é essencial para a paz (<http://www.cuestiones.ws/revista/n13/feb03-entrevista-somavia.htm>). Outros detalhes podem ser consultados em *Decent Work: Report of the Director-general to the International labour Conference, 87th Session 1999*.

Abong – Os termos “pacto social” e “contrato social” são sinônimos, certo? O senhor falou em “concertação” e “governança”, que são expressões que também têm sido muito utilizadas. Será que o senhor poderia explicar mais detalhadamente o que significam, na prática, esses termos?

Boaventura – Estava eu aqui a entrar e o Silvio Caccia Bava veio me entregar a mesa da concertação, sobre a qual vai falar mais adiante: a mesa da concertação pela luta contra a pobreza. Trata-se de uma carta social, ou seja, a idéia da concertação é germinar da base da sociedade, dos movimentos sociais e das ONGs.

Abong – O senhor pode apontar alguma característica do atual momento que marque de forma peculiar a construção desse novo contrato social?

Boaventura – Neste momento, entramos num milênio em que a maioria da população vive nas cidades. Ontem eu tive a ocasião, no Fórum das Autoridades Locais, de lhes propor que víssemos a exclusão social, hoje, fundamentalmente como um problema urbano. Como se sabe, a exclusão do mundo rural traz muitas vezes pessoas do campo para as cidades, hoje do Norte para o Sul, e é na cidade onde se concentra a exclusão social. Essa exclusão não é apenas, digamos, daqueles que pertencem à classe operária ou à classe do setor informal – são os indígenas que, hoje, vivem também no setor urbano; são os movimentos negros e os negros que vivem em comunidades também urbanas.

As cidades são mosaicos de inclusão ou de exclusão social e, normalmente, têm, de um lado, a hiperinclusão e, do outro, a hiperexclusão. As cidades são hoje dominadas pelo *apartheid* social. Então, é preciso – eu tenho vindo a propor – um contrato social de cidade. O orçamento participativo só pode avançar se as idéias de democracia participativa tiverem mais conteúdo político. O conteúdo político não nos chega neste momento. É, portanto, a idéia de contrato social de cidade.

Como estão a ver, desde os movimentos sociais, nas cidades, na OIT, na União Européia, até ao próprio Mercosul, que tem documentos sobre essa matéria, há a idéia de que é preciso renovar o contrato social.

Abong – Mas em que poderia se basear esse contrato?

Boaventura – O objetivo do contrato social é impedir que a economia de mercado se transforme em uma sociedade de mercado. Isto é, impedir que tudo se compre e que tudo se venda na sociedade. É evidente que aceita a economia de mercado, mas pondo regras. E pondo regras no sentido de criar formas de proteção social, no domínio de política de rendimentos e preços, controle de inflação, proteção social, previdência, política de saúde, política de educação, inclusivamente, que evite, de alguma maneira, que a lógica de mercado e de lucro passe da economia para a sociedade. Porque se ela passar da economia para o conjunto da sociedade, então nós vamos transformar os cidadãos em consumidores e, como tal, a exclusão só vai aumentar. Se não há uma saúde pública, ou tenho dinheiro, ou não tenho dinheiro, e se não tenho dinheiro, morro.

Portanto, essa idéia de que temos de criar o que nós chamamos de interações não mercantis, relações entre cidadãos que não passam pelo mercado, é a idéia do sistema público, e essa idéia do sistema público foi construída dentro de pactos sociais.

Abong – Historicamente, quais foram os principais pactos sociais estabelecidos e quais foram os seus resultados?

Boaventura – Os pactos sociais tiveram êxito. Na Europa, por exemplo, tiveram êxito, mas normalmente dizem que eles têm tanto mais êxito quanto a situação do país é uma situação que tem duas características específicas, e pode-se dizer que nenhuma delas se aplica agora ao Brasil e, por isso, a tarefa do pacto social é difícil. Trata-se dos países que vêm de uma ditadura ou de uma destruição grande, como a da Europa depois da Segunda Guerra Mundial. A destruição foi tão grande, a ditadura foi tão terrível, que as diferentes forças sociais – capital, trabalho e todos os outros interesses – se reúnem para fazer um pacto, para tentar evitar que aquela situação de destruição ou ditadura nunca mais ocorra, e para não ocorrer, é preciso haver um pacto.

Costuma-se dizer que, na situação de transição, os pactos mais amplos entre o capital, trabalho e o resto da sociedade civil – digamos, todas as

outras organizações e todos os outros interesses –, foram dois: depois da Segunda Guerra Mundial, os pactos sociais um pouco por toda a Europa democrática – naturalmente, Portugal, Espanha e a Grécia ficaram fora disso – e os pactos, mais tarde, no final da ditadura. No caso da Espanha e de Portugal, também tivemos pactos sociais importantes. E o caso da Espanha é particularmente importante, conhecido como Pacto de Moncloa³, que é realmente um pacto em que há uma posição muito ampla sobre as mais diversas áreas da vida social, em que os diferentes atores e interesses sociais resolvem dialogar e renunciar a alguma coisa e criar um consenso para poder efetivamente continuar.

Portanto, ou em situações de pós-ditadura – logo, situações de transição –, ou depois de uma devastação como foi a guerra, os pactos podem ser amplos. Não é nenhuma dessas situações em que nos encontramos presentemente. Logo, temos de ver como se constrói, hoje, um contrato social.

A Europa, nos anos 1960, construiu, depois da guerra, esse grande contrato social nacional em cada país – na Suécia, na Áustria, na Alemanha, na França, etc. Os anos 1980 foram terríveis, porque se assistiu à tal crise do contrato social. Hoje, na Europa, estamos a regressar à idéia do contrato social, mas um contrato social de alcance médio, ou um contrato que não seja tão amplo, que por vez é por regiões, ou por cidades, ou por setores, e, portanto, uma concertação social que chamamos de geometria variável.

3. Adolfo Suárez, primeiro-ministro espanhol após a morte do ditador Franco, em 1975, convidou todos os partidos com representação parlamentar à negociação de um pacto que prepararia a votação da nova Constituição. O pacto foi firmado no Palácio da Moncloa, em Madrid, e consistiu numa sucessão de acordos negociados entre o governo conservador do primeiro-ministro Adolfo Suárez e a oposição espanhola, entre setembro de 1976 e outubro de 1977, representando um pacto fundacional entre as elites políticas, originando as novas instituições do Estado espanhol. Este documento consignou também um pacto entre forças econômicas e sociais do país.

O acordo incluiu a contenção da inflação, através da fixação de um teto para os reajustes salariais, controle dos preços e cortes dos gastos públicos. Assinado por dez partidos, desde a Aliança Popular neofranquista, até o PC e o Partido Socialista Operário Espanhol (PSOE), sem a participação de representantes dos empresários ou dos trabalhadores, o Pacto de Moncloa previa medidas de caráter recessivo. Embora não tenham assinado os acordos, empresários e trabalhadores adotaram como prática principal a negociação e o compromisso com um mínimo de consenso para a solução dos problemas do País.

Abong – E é de um pacto social como o que vem sendo discutido atualmente na Europa que o Brasil necessita?

Boaventura – O Brasil não precisa disso, neste momento. O Brasil precisa de uma concertação de nível nacional. Acontece que há dois grandes obstáculos. Primeiro obstáculo: uma das críticas que se fez ao contrato social é que funciona bem dentro de sociedades fechadas, sociedades nacionais; mas agora a economia é globalizada. O Estado brasileiro é talvez um dos Estados no continente – se exceptuarmos o caso patológico, neste momento, da Argentina – mais transnacionalizado, isto é, o Estado que aplicou a receita neoliberal com algum extremismo, digamos assim: abriu a economia extraordinariamente, transformou-se num Estado transnacional, agente efetivo das políticas neoliberais dentro do país.

A economia brasileira, naturalmente sendo esta uma economia bastante desenvolvida para um país como este, sendo a décima economia mundial, é evidente que está extremamente globalizada. Então, a idéia é esta: como é que vamos fazer um contrato nacional, se já não há coerência nacional, o Estado é transnacional e a economia está globalizada? E o mercado de trabalho? Bem, o mercado de trabalho também não é nacional, ou seja, o trabalho hoje é um recurso global.

Como viram, o neoliberalismo fez essa armadilha muito interessante – transformou o trabalho num recurso global, mas não criou o mercado global de trabalho. Isto é, os mercados de trabalho são nacionais, e até regionais. Portanto, uma empresa que não está bem aqui, se muda para ali. Viram como as empresas que não se instalaram no Rio Grande do Sul foram para Pernambuco, ou seja, procurar as melhores condições. A Área de Livre Comércio das Américas (Alca) – se nós não nos opusermos com firmeza, se não houver uma posição democrática muito forte dos movimentos sociais contra a Alca, sujeitando-a ao referendo de mudar as condições que efetivamente vêm aí – inviabiliza totalmente a idéia de um contrato social no Brasil. Não tenham dúvidas. Portanto, não se pode lutar por um contrato social e, ao mesmo tempo, ser a favor da Alca, porque a Alca é a destruição do contrato social. Foi assim que qualquer idéia de contrato social no México desapareceu. Assim, a idéia da globalização é

o primeiro grande obstáculo à criação de uma coesão minimamente sustentável na sociedade. Essa coesão é a expressão do que designamos por contrato social nacional.

O segundo obstáculo é o seguinte. Tradicionalmente, até agora, nós apenas soubemos incluir no contrato social os organizados, isto é, os trabalhadores que estavam organizados nos seus sindicatos. Só que, hoje, os sindicatos perderam parte de sua influência porque, a grande maioria dos trabalhadores está desorganizada, ou não trabalha, ou nunca poderá trabalhar, ou não tem esperança de entrar em um trabalho. Nós temos o que eu costumo designar por sociedades que são politicamente democráticas e socialmente fascistas. Fascistas porque as pessoas não são cidadãs, porque as diferenças de poder são tão grandes que realmente aqueles que têm mais poder, têm o direito de voto sobre aqueles que têm menos poder – e que dominam as suas vidas. E o Brasil é uma sociedade que tem muitos elementos deste fascismo social.

Eu estava a falar para os magistrados, aqui no Fórum Social Mundial, das idéias da globalização dos juízes democráticos, da universalização dos direitos, e uma magistrada disse: “Professor, sabe qual é a minha luta no Pará? É a luta contra o trabalho escravo. Nós temos trabalho escravo no Pará”. E uma outra magistrada, do Rio Grande do Sul, também disse que aqui existem situações como essa. E depois, para eu ter a certeza, trouxe-me um documento assinado por um tipo de botequim, secos e molhados, digamos assim, uma coisa recente, escrita à mão, em que se punha na conta: “compra da liberdade = R\$ 58,00”. Era um caso efetivamente de alguém que, de uma situação de servidão, estava a comprar a sua liberdade.

Então, o que é o contrato social nessas condições? O contrato social tem de incluir esses desorganizados e esses hipereexcluídos. Nós, na democracia participativa, nunca conseguimos incluir os verdadeiramente excluídos. Uma outra ONG, que eu conheço e é excelente neste país, também me dizia: “Professor, nós estávamos no outro dia, aqui no interior do Nordeste brasileiro, íamos com as nossas idéias de democracia participativa, e o que é que nos disseram as pessoas: ‘o que é isto, queremos é arroz e feijão. Estamos com fome, queremos comer’”.

Abong – E como os desorganizados e trabalhadores excluídos do mercado poderiam ser incluídos neste processo?

Boaventura – Eu penso que esta idéia do Fome Zero, do presidente Lula, é uma idéia notável, porque não é uma política social muito complicada. É extremamente exigente, extremamente arriscada, mas é simples dizer que as pessoas, se tiverem três refeições por dia, é um êxito. Eu penso que nós devemos, desde já, dizer ao Lula que se não for possível as três refeições por dia, ao menos uma, porque há muita gente que não tem nenhuma durante dois, três, quatro, cinco dias, neste país, e em muitos outros países deste continente.

Qual a situação presente? quatro por cento do crescimento do emprego na América Latina, na última década, foi no setor informal; só 1,1% foi no setor formal. Neste momento, 60% do emprego urbano, da América Latina e da Ásia, é no setor informal. Como é que nós vamos integrar o setor informal? Não vai ser possível formalizá-lo; não vai ser possível, por outro lado, deixá-lo assim mesmo. Como diz o Ernan Souto, eles é que são mesmo os verdadeiros capitalistas, porque eles é que são os neoliberais, não têm regras, não pagam licenças, não pagam impostos – assim é que devia ser o capitalismo. É uma armadilha enorme que nos põem. Não, nós não podemos formalizar neste momento, nem podemos deixá-los. Por quê? Porque quem conhece o setor informal, quem conhece os camelôs e os vendedores, por toda a América Latina, sabe as máfias que circulam na rua; sabe as formas de exploração a que eles estão sujeitos para garantir o seu posto onde vendem os seus produtos. São sujeitos a chantagens e à exploração de máfias; não são as grandes máfias, mas quem sabe não estão articuladas com elas? Portanto, é esta a paisagem.

Mas há um outro elemento complicador – no Brasil, sobretudo – em nós temos lutas ecológicas fundamentais. É que nós, no contrato social, nunca incluímos a natureza; deixamos destruí-la. O movimento sindical é assim mesmo: foi extremamente insensível aos crimes ecológicos que se praticavam em suas empresas. Aliás, foi extremamente insensível à discriminação contra as mulheres. O contrato social nunca integrou plenamente as mulheres como integrou os homens, e naturalmente integrou mais os

brancos do que os negros e os indígenas – e esses nunca foram integrados, como os negros, também, em grande parte do continente, não foram. Essa invisibilidade desses grupos sociais fez com que o contrato social nunca realmente assentasse pé na América Latina.

Abong – É possível que hoje se concretize um novo contrato social no Brasil?

Boaventura – Este é o grande desafio que nós temos. Porque, se for possível, é uma inovação tremenda. Se não for possível, é uma frustração propensamente de esquerda, nas próximas décadas. Portanto, todos temos uma responsabilidade – os movimentos sociais, as ONGs, os partidos dos cidadãos – de tentar viabilizar um contrato social, nessas terríveis condições que não são efetivamente favoráveis, mas são favoráveis só num sentido: é que o modelo neoliberal está a atravessar uma crise enorme.

Vejam a pungência deste Fórum Social Mundial e vejam o cadáver odiado que é Davos, neste momento. Portanto, há, realmente, aqui, uma diferença muito grande: o modelo está em crise, não cresce e está, neste momento, a ter de recorrer à guerra. São os dois obstáculos ao contrato social. Mas ainda há mais: não há contrato social com guerra, não há contrato social com uma competição global sem regras, que é o neoliberalismo. Mas há uma oportunidade. É que este modelo, neste momento, já não tem legitimidade. O próprio Bird, neste momento, e o FMI já falam – ou só falam, praticamente – da necessidade da luta contra a pobreza, da participação, da democracia participativa. Aqueles de nós que, no terreno, depois observamos – como eu tive a ocasião de fazer recentemente em Moçambique – e vemos como os executivos do Bird aplicam as políticas, constatamos que aquilo é só retórica; ainda não se transformou numa mudança política. São os mesmos critérios, são as taxas de juros, os mercados totalmente abertos, sem condição.

Neste momento, a indústria mexicana está sendo totalmente destruída, desde o dia 1º de janeiro de 2003: acabaram as tarifas, e naturalmente que vocês podem compreender facilmente como é que é possível um contrato social no México, neste momento, quando a carne de porco chega ao

México, vindo dos EUA, traz 30% de subsídio do Estado. Um quilo de carne de porco de produtores mexicanos traz 3% de subsídio do Estado. Como é possível competir nessas condições? Portanto, alertemo-nos. Lutemos por um contrato social. Para isso, lutemos contra a Alca. Lutemos por um Mercosul, que é uma tentativa de criar um contrato social regional, e vamos dar um apoio, penso eu, a todas as iniciativas que, agora, neste ciclo no Brasil, e também em outros continentes – veja Gutierrez, no Equador, também traz a mesma idéia de um contrato social.

Aliás, um contrato social interessante, porque não é só social ou natural, a que me referia, é trazer também a população indígena totalmente excluída até aqui.

Portanto, é esta a grande inspiração de inclusão que traz o contrato social. Digo-vos que é uma tarefa urgente, muito exigente, mas penso que, neste país, há uma grande vontade política para levar a cabo, e ela está sendo levada a cabo por seus melhores políticos. Um deles está aqui a minha direita, que é o Tarso Genro, e eu estou ansioso para ouvi-lo. Muito obrigado!

Abong – No debate aberto à platéia presente à sua apresentação, uma pessoa analisou, em relação à eleição do presidente Lula, que “estar no governo não significa estar no poder. Lula, na verdade, ainda não está no poder, porque os poderes do nosso país representam a classe dominante, a classe empresarial e a classe latifundiária”. O que o senhor pensa a respeito disto?

Boaventura – Em primeiro lugar, eu penso que é muito pertinente a afirmação de que ter um governo não significa estar no poder. Porque o poder é um poder político, social, cultural, que é muito mais amplo do que o governo em si mesmo. Portanto, isso significa que é importante comemorar a vitória de Lula, mas o significado político dessa vitória está em aberto e depende dos movimentos sociais, das organizações, das forças progressistas que realmente lhe dêem um significado mais profundo e mais denso.

Em segundo lugar, tudo isso vai depender de o Brasil e de os brasileiros se convencerem de que, apesar de serem um grande país, são demasiados

pequenos para poder enfrentar os inimigos poderosos que são os mercados econômicos e financeiros, o neoliberalismo. Portanto, são necessárias as alianças. E essas alianças têm de vir, em primeiro lugar, com o Mercosul, ao qual precisa se dar grande prioridade, e, por outro lado, os países também de desenvolvimento intermediário muito grande, como a África do Sul, a Índia, e eventualmente a China. É preciso encontrar formas de alianças plurais para encontrar uma verdadeira alternativa.

A terceira condição é que, com a guerra dos Estados Unidos e Inglaterra contra o Iraque, não haverá contrato social. Portanto, hoje, nós estamos – neste dia precisamente – dependentes de uma deriva algo louca, de uma elite plutocrática que domina, neste momento, os Estados Unidos, e que quer levar o mundo a ferro e fogo, para realizar o seu projeto de hegemonia mundial. Contra isso, nós temos que lutar pela paz e lutar também pelo contrato social. Não vai ser fácil, mas penso que será possível.

Abong – Uma outra análise da platéia sugeriu que “uma outra Alca é possível”. É mesmo possível, professor?

Boaventura – Essa análise estava também relacionada ao Mercosul, e foi dito que a Alca da forma que está não é viável, o que implica concluir que uma outra Alca é possível. É curioso que eu responda pela analogia da globalização. Nós estamos aqui com uma outra globalização; nós não somos contra a globalização, somos contra esta globalização, e esperamos uma globalização solidária.

A Alca não pode ser da forma que está e nem de nenhuma outra forma, a não ser que seja realmente uma globalização solidária. Nem o Mercosul, sejamos realistas, será essa globalização solidária; pode ser uma aproximação, é um modelo alternativo, mas é um modelo que tem de ser ele próprio pressionado, por todas as bandas, para que seu conteúdo solidário e de inclusão social se aprofunde.

Abong – Logo, professor, é possível uma “outra globalização regional”, que inclua todos/as os/as excluídos/as?

Boaventura – Uma outra globalização regional é possível – claro que é –, e é esta da solidariedade. É essa globalização que estamos a construir e essa, sim, é muito inclusiva. Nós nunca conseguimos neste continente alianças tão profundas entre os movimentos indígenas, entre os movimentos ecológicos, muitos movimentos feministas e o movimento sindical, que está um pouco atrasado em termos de alianças continentais, como estamos a ter neste Fórum. Eu daqui vou para o Recife, para ter uma reunião com as feministas latino-americanas. Ou seja, há a intenção, realmente, de globalizar os movimentos sociais, dentro do continente. Essa é que é a outra globalização regional a qual aspiramos.

Não vou naturalmente me pronunciar sobre a questão do Conselho; o conselho é evidente, como já disse Tarso, que foi efetivamente criado a partir de cima, e, portanto, o Conselho põe uma questão fundamental para todos vós – e essa é a grande responsabilidade dos brasileiros e dos latinos-americanos, neste momento.

Também a colega espanhola falou do Pacto de Moncloa; como é que foi possível? Uma pressão popular, a grande pressão das mulheres, as formas de luta que estavam na sociedade.

Eu não gosto de dar conselhos pra ninguém; os sociólogos só sabem prever o passado, não sabem prever o futuro, portanto, só lhes digo uma coisa: solidariedade, sem crítica, é paternalismo, mas não podereis neste momento deixar de responder ao apelo que o Lula fez aqui, antes de ir para Davos. Com todas as metáforas do seu discurso – que, aliás, é um manual de retórica dos mais brilhantes que tenho visto –, fundamentalmente o que ele disse foi: “eu não posso errar”. Como é que um homem pode dizer isso, ele que não é divino? O Papa diz e a gente não acredita. Como é que é possível? Ele disse com um objetivo: “eu não posso errar, porque eu quero ir muito devagar, isto é, essa oportunidade que a sociedade brasileira tem de um governo solidário com as classes populares é única. Não pode falhar. É nesse sentido. Para não falhar, tem que ir devagar. Tenho que pensar todos os meus passos. E tenho, além disso, de vos dizer: se eu por acaso não vos puder dar resposta favorável a tudo, com a pressa que tendes, dêem-me tempo. Eu, aparentemente, posso estar contra vocês, mas é só aparentemente.

É por que eu não consegui fazer o resto”. Esta é uma mensagem, acima de tudo, que nos pede paciência.

Abong – Mas a sociedade brasileira sempre teve muita paciência, professor...

Boaventura – Mas paciência não é desarme social – de maneira nenhuma! Eu penso que é ao contrário. Alguns têm pensando que, uma vez que o Lula está no governo, os movimentos sociais podem descansar. Não acreditem nisso. O movimento vai ser muito pressionado de cima; não só em nível nacional, como em nível global. A vossa pressão é mais necessária do que nunca.

Abong – E no Brasil, quem são os sujeitos que, no seu entender, têm realmente poder de pressão?

Boaventura – O Brasil tem, hoje, além dos partidos, uma forte mobilização social, das ONGs e dos movimentos populares. E é esse, em meu entender, que vai fazer esta pressão. Há de estar atento e vigilante. Por exemplo: veio o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES). A primeira coisa que todos vós ides fazer, certamente, quando virdes a fotografia desse Conselho, é olhar para os rostos. Qual é a diversidade de sexo do Conselho? Qual é a diversidade de cor da pele? É por aí que temos que começar, porque não quer dizer que a cor da pele ou o sexo resolva todas as coisas, mas é uma indicação à sociedade de qual é a intenção do nível de inclusão que vamos ter. Os movimentos devem ser capazes, neste momento, de não cair em uma razão cínica, ou em uma razão que seria pior – que nós dizemos às vezes, ultra-esquerdista – que não desse tempo a esta experiência. Como foi dito aqui, todos os olhos do mundo estão postos exatamente nessa experiência, mas ela exige essa pressão popular disciplinada, criativa, construtiva, cúmplice com este governo. Não é, de repente, dizer, afinal, porque não tivemos as nossas reivindicações; este Estado é um inimigo, tal e qual como era dantes.

Portanto, eu penso que, no que diz respeito às instituições, e foi dito aqui pelo advogado que veio à mesa, a minha opinião é esta: todas as instituições – os militares, os juízes, os educadores, os professores neste país – têm que atentar exatamente à mensagem que o Tarso agora deu. Isto é, estamos em uma nova Era, e essa nova Era pode ser realmente um sinal de esperança, porque a esperança venceu o medo. O que temos agora é isso. É que é preciso que o governo também perca o medo. Não foi só o movimento que levou ao governo, porque eu tenho a certeza de que dentro do governo há esperança e medo. Ora, para que ele tenha mais esperança do que medo, só depende de vós. Não tenhais dúvidas nenhuma. Portanto, é preciso que esta esperança seja dada.

E aí é que as instituições são responsáveis por muita discriminação nesta sociedade, por dois pesos e duas medidas. E hoje os juízes democráticos progressistas neste país estão conscientes efetivamente não só dos problemas da corrupção, como do problema de dois pesos e duas medidas na Justiça brasileira. Esta é a grande oportunidade para que a Justiça participe exatamente neste grande projeto político, porque se não aproveitar esta oportunidade para fazer as reformas no sentido de tornar a Justiça mais acessível, mais eficiente, mais justa, essa Justiça será efetivamente uma instituição irrelevante e será ultrapassada socialmente.

Abong – Para finalizar, professor, qual é, portanto, o novo espectro social mundial?

Boaventura – O novo espectro na mente dos grande senhores que estão, neste momento, em Davos, é que haja muito mais “Lulas” no futuro. Isto é, que o movimento social que foi aqui criado com o Fórum Social Mundial e que tem, hoje, uma pujância que o Fórum Econômico de Davos não tem, floresça em múltiplas instâncias políticas de articulação entre a democracia participativa e a democracia representativa. E foi essa grande movimentação que está a dar origem a que líderes progressistas, vindos dos movimentos sociais, assumam o governo dos países. Quando essa mistura se der, o que é importante é que a democracia participativa não desarme, porque se confiar exclusivamente na democracia representativa, voltamos

facilmente à estaca zero. O fracasso dessa experiência é um fracasso de gerações, portanto, é preciso ter muito cuidado, muita vigilância – essa vigilância do nosso diálogo, da construção, da crítica, porque o momento é um momento excitante para todo mundo. Essa experiência não pode falhar.

Já falhamos muitas vezes. Temos de caminhar com todo cuidado. Ao contrário do que eles dizem, a esquerda modificou-se, a esquerda realmente mobilizou-se, transformou-se fundamentalmente. E os frutos estão a ver-se, neste momento. A nossa responsabilidade é, agora, fazer com que esses frutos floresçam em muitos “Brasis”, no mundo.

Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social: por um novo contrato social no Brasil¹

Tarso Genro²

Quero registrar o meu orgulho em participar deste debate sobre Democratizar a Democracia, que foi mediado pelo companheiro Sérgio Haddad, uma das grandes figuras do Fórum Social Mundial e integrante do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), do qual o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, me deferiu a coordenação. Da mesma forma, registro a importância de ter compartilhado a mesa de apresentação ao lado do professor Boaventura de Sousa Santos, meu amigo e companheiro de muitas jornadas e debates, cujo convívio me propiciou um enorme aprendizado intelectual, que, evidentemente, não está somente nas raízes de algumas concepções que estamos trabalhando no atual governo, mas também no trabalho que estamos realizando por meio da Secretaria do Conselho, dirigida pelo presidente Lula.

1. Este texto resultou da palestra proferida pelo secretário especial Tarso Genro, no Seminário Democratizar a Democracia, mesa 1 – “Democratização da democracia e pacto social” –, tendo sido por ele revisado.

2. Secretário especial da Secretaria Especial do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (Sedes), secretário-executivo do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), advogado.

Neste texto, apontarei dois ou três traços de fundamentação teórica sobre a concertação do CDES e, a seguir, situarei este projeto do governo federal brasileiro no contexto do que nós chamamos de “desagregação” ou “dissolução das promessas da modernidade por meio do contrato social clássico” – cujo momento de impacto ocorreu com a contratualidade social democrata que percorreu a Europa e que ainda percorre algumas relações políticas que fundamentam a vida social e econômica européia. Mas se é verdade que o contrato social moderno clássico está em crise, em franca dissolução, também é verdade que alguns traços essenciais por ele protagonizados não conseguiram ser radicalmente extintos pelo projeto neoliberal, que teve vigência na Europa e em vários importantes países europeus nos últimos trinta anos.

A dissolução desse contrato, a crise do contrato social moderno, em um país da periferia ou da semiperiferia, é muito mais radical e tem diferenças substanciais da crise na sociedade européia, não só porque em um país como o Brasil a modernidade contratual veio no bojo de um conjunto de movimentos sociais, de movimentos políticos de cunho reivindicatório das classes trabalhadoras que emergiram no último período, mas também porque a forma política pela qual esse contrato se apresentou no país foi completamente diferente da forma como ocorreu na Europa.

As expressões mais radicais do contrato social moderno no Brasil foram os processos de afirmação da legislação trabalhista e da modernização política e social do país, a partir da revolução de 1930. As classes trabalhadoras brasileiras começaram a participar da vida política tendo por base as promessas de modernização via populismo democratizante, que cravou conquistas importantes para essas classes. Contudo, isto ocorreu com as limitações óbvias de um país com uma brutal concentração de renda. Por exemplo, vários fatores econômicos – particularmente a partir de 1990 – influenciaram para que se regulasse de maneira muito clara e muito limitadora essas conquistas, dividindo, de uma maneira muito restrita, a influência das classes trabalhadoras nas grandes decisões públicas.

Para nós, um país semiperiférico, onde o risco da fratura e da descoesão nos aproxima, provavelmente, muito mais da Colômbia e da Venezuela do que de qualquer outro país europeu, é difícil olhar e é bastante diferente

avaliar o processo de exclusão social que ocorre, por exemplo, na Espanha – um processo de reconversão industrial, no qual o desemprego chegou a alcançar 20%, 22% no marco de um processo político em que os trabalhadores tinham condições de negociar por meio da própria reconversão, e, logo, de poder avançar politicamente e constituir um processo a partir de então, com a retomada da base econômico-social das promessas da modernidade, que foi um processo de inclusão social, de inclusão no emprego. E o mesmo ocorreu também em Portugal. Por isso, qualquer sentimento de pacto social no sentido clássico, em um país como o Brasil, não só é impossível como também seria a tentativa de retomar o processo cooptativo, modernizante, democratizante, mas já superado, porque ocorreu na melhor fase do populismo.

Com isso, para a reinvenção democrática do nosso país, há que se criar, de uma parte, os marcos normativos, por meio dos quais a política volta a se politizar e deixa cada vez mais de ser financeira e, de outra, da maneira pela qual esta reinvenção democrática se processa na cena pública, há que se criar um grande diálogo de concertação que, na sua base, traduz, na realidade, a disputa pela possibilidade de construir uma nova maioria política no país e de alterar as condições hegemônicas até agora vigentes – ou não. E este é – ou não – precisamente o risco: a indeterminação que um processo político desta natureza nos coloca a todos – governo e essa ampla maioria da sociedade, que resolveu apostar na mudança política e social do país, por meio da votação massiva que teve o presidente Lula no segundo turno do pleito eleitoral de 2002.

A idéia da concertação brasileira demarca-se de maneira clara, por um lado, pela visão de pacto social, de conciliação de classes, traduzida por cooptação; de outro, se por uma visão da política em que a ruptura e a descoesão levam a luta social, a luta de classes, a luta política para um patamar superior. Na opinião do governo – que está na base desse projeto –, porém, nós entendemos o contrário: que a ruptura, a descoesão e a exclusão geram mais exclusão, mais violência, mais despolitização, mais financeirização da política. Ou seja: vemos essa concepção de concertação como substituição das categorias políticas pelos mandamentos do mercado, para intervir na ordem política submetendo a luta política, as grandes

contendas do espaço público por meio de decisões financeiras, para modular a regulação econômica “de bem com o senhor delegado” – expressão que utilizo para nomear o capital financeiro.

Essa demarcação importante, que é feita aparentemente à esquerda, não é, na minha opinião, uma demarcação à esquerda: é, sim, a demarcação com a promessa da barbárie, tão importante como a que se faz com a visão de pacto social. Na memória histórica do Brasil, essa demarcação é expressa, na realidade, por tentativas sucessivas de cooptação, feitas ora pelo regime militar, ora em tentativas como a que ocorreu durante o governo Sarney, quando era ministro Almir Pazianotto Pinto ou, ainda, por intermédio de alguns governos estaduais, que tentaram também efetivar a expressão desse processo de maneira relativamente regionalizada.

Passo, então, para uma parte mais empírica, mais informativa da minha reflexão, que apresentará a forma pela qual o governo vem pensando o pacto social no Brasil. Quando o presidente Lula me chamou para falar desse assunto, disse-me o seguinte: “nós precisamos instituir, aqui no país, um novo contrato social”. As pessoas que acompanharam o processo eleitoral viram que, nos últimos trinta dias antes do pleito do segundo turno, o presidente Lula afirmou a necessidade política do país ter uma nova contratualidade, frisando que não há saída política para o país se nós não construirmos um novo contrato social. Esse contrato está induzido por dois instrumentos fundamentais, que estão na base da lei que formou a Secretaria Especial do Conselho Desenvolvimento Econômico e Social e o seu Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social.

A secretaria é uma estrutura técnica e política, vinculada diretamente ao presidente da República, que estabelece relações horizontais com todos os ministérios. O Conselho remete-se diretamente ao Presidente da República por meio desta secretaria, que tem a função de dar sustentação política, sustentação material e de criar o aparato técnico mínimo para o funcionamento do Conselho. O Conselho é composto por 82 membros da sociedade civil de diversas áreas e nove ministros. Os cargos de presidente e de secretário-executivo do CDES couberam, respectivamente, ao presidente da República e a mim. Apesar de ter me indicado para presidir o Conselho, o presidente Lula assumiu este posto, com o objetivo de que

não houvesse equívoco a respeito da importância política que dá a este Conselho e a esta estratégia de composição de uma nova maioria, uma nova hegemonia no país.

Essa composição caracteriza o Conselho, de fato, como uma nova instituição política do país, da Presidência da República, que habita um território ainda indeterminado pelo direito público – e não um palco de conservação de interesses corporativos. É um espaço que está entre a sociedade civil e a estrutura estatal, sendo, portanto, uma instituição pública, de caráter público, de caráter não-estatal, na qual o governo – o Estado, representado pelo governo – comparece sem a potestade do Estado, sem a autoridade sobre os indivíduos que ali estão. E embora seus conselheiros tenham sido designados pelo presidente, não estão subordinados a ele. Dessa forma, movimentam-se naquele marco institucional conforme as suas visões, os interesses que representam, e, eventualmente, conforme as utopias que pretendem transitar por aquele espaço político.

E as representações da sociedade civil que estão no CDES – indivíduos representando um conjunto de relações de corporação, de associações civis, de movimentos sociais, de centrais sindicais, de empresários, de corporações empresariais – penetram naquele espaço sabendo que suas demandas particulares vão ter de ser contrastadas com outras demandas particulares e que, para adquirir legitimidade, têm de tencionar em direção à universalidade. Por conseguinte, é uma instituição de caráter público, não estatal, de constituição de marcos institucionais, para que os conflitos dispersos na sociedade, as centenas de fóruns, seminários, instituições, congressos, de ONGs possam transitar na cena pública, via este marco, com seus desejos e suas propostas, para serem contrastadas com outros desejos e propostas, mediados por um determinado projeto do governo. Consequentemente, enganam-se aqueles que pensam que o espaço do Conselho é um marco neutro, pelo fato de ali estarem representados todos os setores e ideologias da sociedade, todas as locações mais ou menos importantes que tem o país.

O CDES reporta-se ao presidente da República, apontando determinadas diretrizes, determinados princípios, para informar ao governo o que entende ser o espírito da maioria ou, eventualmente, uma consensualidade

sobre algumas reformas importantes que nós precisamos fazer. Porém, a baliza da opinião do governo é a aplicação do programa que foi aprovado no processo eleitoral, em uma instituição de uma nova contratualidade social e política. E as pessoas que estão entrando ali, obviamente, podem não concordar com o nosso projeto, podem não concordar com o programa do governo, mas estão ali para negociar, para debater a melhor possibilidade de aplicação das reformas que foram apresentadas no processo eleitoral, que constituem o cerne de um projeto alternativo ao projeto neoliberal no país.

Por fim, detalharei alguns objetivos do Conselho, para estabelecer, depois, uma conclusão política em relação àquilo que ocorre no conjunto da sociedade brasileira e às possibilidades que a sociedade brasileira tem, atualmente, de sair de um modelo econômico de exclusão, de reprodução da informalidade, de aumento da concentração de renda, para um outro patamar civilizatório democrático, nos marcos de uma nova contratualidade.

Primeiro, o Conselho é um marco institucional pelo qual o governo informa a sua opinião definitiva sobre as reformas. Isso não se opõe a que os ministérios, que lá estarão conduzindo a discussão, tenham o seu próprio fórum e multipliquem o debate. A orientação do presidente da República é a multiplicação do debate, com base em todos os ministérios e sobre todos os temas, para que o governo possa, inclusive, apresentar-se no Conselho com uma opinião formada também por meio de uma auscultação generalizada na sociedade.

Em segundo lugar, tem-se o marco institucional de clarificação, de transparência, de apresentação pública do CDES para alteração da hegemonia e para a criação de uma nova hegemonia. O entendimento do governo é que essa transformação não será feita sem um conjunto de alianças sociais e políticas, que possam balizar alguns pontos comuns importantes, mas que não centralizarão ninguém em relação aos interesses que esses grupos sociais e políticos representam – mas que têm pontos comuns, que é possível contratar. Por exemplo, é possível contratar que é necessário dobrar as taxas de crescimento econômico do país num determinado prazo? Sim, disso o governo não abre mão. É possível contratar mecanismos políticos e técnicos para, a médio prazo, começar a abaixar os juros? Sim, é necessário. É

possível contratar que o Brasil precisa de uma reforma agrária, que é tanto uma questão econômica como uma questão social, uma questão relacionada também com um modo de vida, com um novo tipo de sociedade, de socialidade? Que é necessário produzir, para que nós não estejamos submetidos à lógica absurda do mercado? Sim, é possível. É possível formar maioria no Conselho em torno dessas questões e é possível, quem sabe, em alguns pontos, haver consenso em algumas medidas.

Nesse quadro, o governo tem três objetivos: a curto prazo, criar um espaço permanente de relação com a sociedade civil organizada; a médio prazo, aprovar algumas reformas fundamentais que o Estado brasileiro precisa realizar, de uma parte, para resolver graves problemas sociais e, de outra, para nos libertar o mais rapidamente possível da necessidade de capitais de curto prazo, que sufocam o Estado brasileiro e que determinam o crescente financiamento da política; e, num transcurso de médio para longo prazo, consolidar uma ampla maioria social capaz de dar permanência e continuidade ao projeto. Isso significa, portanto, romper de maneira previsível e regulada – com maioria social e com articulação política sólida – e transitar para um outro modelo econômico completamente diferente deste, que não proporcione a ruptura e a descoesão.

Isso significa, também, que o governo deve ter um sistema de alianças que abranja uma grande parte da sociedade formal, das suas instituições políticas e das suas instituições de representação, para estender esse arco de alianças em direção aos setores excluídos, intermitentes, precários, desempregados, que compõem a base social, alvo do projeto estratégico representado pelo governo Lula.

Esse é o nosso objetivo. Nós acreditamos que se não conseguirmos transitar de maneira ordenada, regulada, consistente, criando uma nova hegemonia, para um novo padrão de desenvolvimento econômico social, de inclusão, de elevação da taxa de politização e de desfinanciamento da política, a médio prazo, o Brasil pode entrar num processo de ruptura da sua coesão. E, aí, a mediação deixa de ser a política, e o choque frontal de interesses pode levar a um processo de barbarismo e de radicalização do autoritarismo, inclusive como ocorre em países que estão em processo de decomposição bastante perigoso.

Essa é visão do presidente Lula e essa é a tarefa que, em última instância, ele reserva à Secretaria e ao Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social. Nós sabemos que é uma tarefa muito difícil. Nós sabemos que passa por dentro dessa tarefa a viabilidade de um novo projeto de desenvolvimento estratégico para o Brasil. Contudo, também temos a firme convicção que este é o caminho, a menos que se esteja apostando no barbarismo das relações sociais, para daí tirar uma presumida crise revolucionária, cujos resultados são muito mais indeterminados e, provavelmente, muito mais negativos para a ampla maioria do povo brasileiro do que a possibilidade que estamos apresentando por meio dessa disputa.

Para fazer uma metáfora mais intelectualizada, eu diria: nós estamos muito mais na direção de Antônio Gramsci e de Norberto Bobbio e muito menos na direção do taylorismo, do fordismo, característicos de todas as transformações modernizantes, misturadas com uma minimização que não oferece mais possibilidades:

Parte 2

A incidência da sociedade civil, partidos e movimentos sociais nas políticas públicas

Governabilidade ampliada e participação social no governo Lula¹

Luiz Dulci²

Eu poderia tratar do tema proposto numa dimensão mais conceitual, que seria importante e é sempre necessária, mas, considerando que agora eu faço parte da equipe de governo do presidente Lula, julgo mais útil falar um pouco daquilo que nós estamos pensando fazer, quais são os fundamentos do nosso trabalho e quais são as propostas de atuação que nós já temos na Secretaria-Geral da Presidência da República. Este governo tomou uma decisão, ainda na fase de transição, antes da posse, que a mim parece muito inovadora do ponto de vista da administração pública, da organização do Estado, e que guarda relação com o tema que nós estamos debatendo. Exatamente pela sua dimensão inovadora, essa decisão foi destacada por alguns comentaristas e ignorada por outros.

O presidente tomou a decisão de redefinir a área política do governo federal, que, no Brasil, tem dois ministérios estritamente dedicados à atuação política: a Casa Civil e a Secretaria-Geral da Presidência da

1. Este texto resultou da palestra proferida pelo ministro-chefe Luiz Dulci, apresentada no Seminário Democratizar a Democracia, na mesa 3 – “A incidência da sociedade civil, partidos e dos movimentos sociais nas políticas públicas” –, tendo sido por ele revisado.

2. Ministro-chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, formado em letras clássicas (UFRJ), professor de língua portuguesa desde 1974.

República. Pela primeira vez na história do país, um desses dois ministérios, a Secretaria-Geral, dedica-se prioritariamente a coordenar as relações políticas do governo com os diferentes segmentos da sociedade civil. A Casa Civil coordena a relação com o Parlamento – com o Senado, com a Câmara Federal, com os governos, ou seja, com todo o mundo institucional. E a Secretaria-Geral da Presidência, além de participar da coordenação de governo, junto com os outros Ministérios ligados diretamente ao presidente, terá como sua tarefa precípua esse trabalho de coordenar, instigar, estimular as relações políticas do governo com a sociedade civil. Isto nunca existiu antes. Os dois ministérios políticos restringiam sua tarefa ao espaço institucional. É claro que num governo de mudanças, de transformações, que foi eleito para mudar, para transformar, todos os ministérios devem fazer uma forte interlocução com a sociedade civil. Mas o presidente considerou que, além disso, seria necessário ainda atribuir, a um dos dois Ministérios políticos, a responsabilidade de coordenar essa interlocução diversificada no conjunto do governo. É uma decisão não só inovadora, mas que pessoalmente considero corajosa. Estou muito honrado de ter a responsabilidade de coordenar este trabalho, mesmo ciente de que é um grande desafio, uma grande aposta.

Não faria sentido as esquerdas chegarem ao governo, num país como o Brasil, ainda que em aliança com outras forças que não são de esquerda, mas liderada pela esquerda, se não fosse para fazer transformações. E a esquerda só chegou ao governo porque há um sentimento majoritário na sociedade de que essas transformações são necessárias e devem ser feitas. Um governo desse tipo precisa necessariamente de uma nova relação com a sociedade civil. A participação popular é para enriquecer, para dar uma nova qualidade à democracia representativa. Não é para substituí-la nem é para aboli-la. Creio que esta deve ser a proposta de todos os militantes transformadores, de todos aqueles que combatem pelo socialismo democrático, como é o caso do Partido dos Trabalhadores (PT): conservar, qualificar e aprofundar a democracia representativa, mas introduzindo uma dimensão nova que é a participação popular sistêmica.

Para um governo de mudanças, a participação social não é só útil: ela é imprescindível. O fato de uma determinada aliança política ter chegado

ao governo com base em um programa e de ter recebido, no caso do presidente Lula, 53 milhões de votos, não gera a energia suficiente para colocar o governo em prática, para fazer as transformações. A eleição dá a legitimidade para fazer as mudanças, mas não garante que elas serão feitas, porque as mudanças têm de acontecer no dia-a-dia da vida social e política. Devemos lembrar que as forças eleitoralmente derrotadas têm um poder econômico, político, social e de comunicação muito superior aos votos que elas receberam nas eleições de outubro de 2002. Elas estão nos aparelhos de Estado, nas instituições, há séculos; têm cultura de governo, têm experiência, têm capacidade de neutralizar iniciativas populares, têm articulação internacional fortíssima. São forças muito, muito poderosas, ainda que no plano político-partidário estejam, neste momento, um pouco aturdidas. Mas elas vão se reconstituir. Isto aconteceu em todos os governos de Estado dirigidos pelas esquerdas, em todas as prefeituras dirigidas pelas esquerdas: essas forças se reconstituíram, se reunificaram. E aprenderam com as próprias derrotas – não só as classes populares aprendem com suas derrotas, as elites também aprendem, se autotranscendem, dão a volta por cima e acabam adotando estratégias novas, fortes, aptas a nos derrotar.

Por isso, é fundamental para um governo de mudanças a sustentação social. Não basta a governabilidade parlamentar, que é vital, sem a governabilidade parlamentar o governo fracassa, porque a nossa democracia é representativa. É muito importante ter uma maioria estável no Parlamento, disposta a apoiar as mudanças, a apoiar as reformas estruturais que o nosso programa prevê para o país. Mas se a governabilidade parlamentar é necessária, ela não é suficiente. Está muito longe de ser suficiente, porque a energia transformadora não é gerada no Parlamento, não é gerada nas instituições políticas; ela é gerada na sociedade. São as entidades, os movimentos e as pessoas que geram a energia transformadora. Este governo vai travar a cada dia, a cada mês, durante os quatro anos, uma disputa, não só em torno da agenda – porque todo o mundo no Brasil sabe que é necessário, por exemplo, uma reforma da Previdência Social. A necessidade da reforma não é dada nem pela direita nem pela esquerda, é dada pela realidade. E seja para a previdência social federal, seja para as previdências estaduais ou algumas municipais, há um problema gravíssimo: se a

questão não for equacionada, dentro de cinco a dez anos as pessoas terão direitos que não serão materializados nem haverá recursos para pagar as aposentadorias e pensões.

Se a necessidade da reforma da previdência é um consenso, o sentido que a reforma terá já não é. De onde sairão os recursos para fazer a reforma, quem terá de ser sacrificado ou não, quais são os direitos fundamentais que devem ser preservados? Existem ou não privilégios na previdência, por exemplo? Existem, porque, no Brasil, a diferença entre as menores aposentadorias e as maiores é de 180 vezes, e isto não tem outro nome a não ser privilégio. Mas os privilegiados não são os assalariados públicos comuns, não são os assalariados médios, são algumas castas da burocracia pública, do Judiciário, do Legislativo, do Executivo. Há aposentadorias de R\$ 30 mil e aposentadorias de R\$ 60. E há milhões de aposentadorias de R\$ 300 ou R\$ 400. Logo, a necessidade de fazer justiça previdenciária no Brasil brota do povo e não das elites, mas as elites querem fazer a sua reforma previdenciária e assim por diante. O fato de haver um certo consenso em torno de alguns itens da pauta não significa, absolutamente, que haverá consenso em todas as soluções, ainda que nós devamos perseguir o maior entendimento social possível em torno das reformas.

Do ponto de vista do governo, a questão da sustentação social é decisiva. É claro que, independentemente de os governos quererem ou não, a sociedade civil tem suas propostas. Ela participa, reivindica, ocupa espaço. No caso brasileiro, a sociedade civil ocupou um espaço tremendo na resistência e na afirmação de um movimento contra-hegemônico. Interessa ao novo governo brasileiro que a participação da sociedade civil não só continue sendo tudo aquilo que já é, mas seja muito maior, mais ampla, mais profunda, mais diversificada. Se não for dessa forma, teremos muito mais dificuldades para fazer as mudanças. Quem já participou da equipe de governo em prefeituras ou em governos de Estados progressistas sabe disso: a força transformadora dos governos precisa ser atualizada a cada momento. A legitimidade fundamental é dada pelas eleições, mas a força, a dinâmica política real, a correlação de forças — para usar um termo antigo — é estabelecida a cada momento. E ela depende do sentimento social, da vontade da sociedade civil.

O presidente Lula tem dito que não quer a sociedade na arquibancada; quer, sim, a sociedade participando do jogo durante os 90 minutos e nos trinta de prorrogação, se for necessário. É uma imagem popular, como é próprio da oratória dele, mas muito concreta: se a sociedade civil ficar na platéia, como ela ficou em algumas prefeituras populares, torcendo para que o time progressista saia vitorioso, mas sem participar do jogo, o resultado será um. Se a sociedade civil participar diretamente, não como público, mas como ator político real do processo, como sujeito da disputa, sujeito não-governamental, mas sujeito, as chances de um governo de mudanças são muito maiores. E isto, na minha opinião, não significa cooptação da sociedade civil nem perda de autonomia. Significa politização dos movimentos sociais, no alto sentido da expressão, no sentido grego da palavra. Politização quer dizer, um papel político geral, além do papel reivindicatório específico que os movimentos sociais muitas vezes têm – e é bom que tenham. O conceito com o qual nós trabalhamos é o de *governabilidade ampliada*.

Para um governo liderado pela esquerda, um governo transformador, não basta a governabilidade parlamentar: é importante que esta governabilidade seja ampliada. É fundamental o apoio de uma bancada de deputados ou de senadores, mas é muito importante também a relação que o governo tem com a CUT, com as centrais sindicais, com Contag, com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), com as ONGs, com o movimento feminista, com os movimentos de combate ao racismo, com os movimentos de juventude, com a intelectualidade, com o empresariado. Isto passa necessariamente por uma interlocução política do governo com estes setores. Significa perceber os diferentes movimentos da sociedade civil como sujeitos políticos, e não apenas sociais, no sentido estrito, mas como entidades, movimentos, lideranças e pessoas que têm opiniões a dar sobre os rumos do país e não apenas sobre a sua temática específica. É por isto que o presidente delegou a um Ministério a interlocução política com os movimentos. Nós vamos conversar com a Central Única dos Trabalhadores (CUT) não apenas sobre as questões trabalhistas, mas sobre os rumos do país, sobre questões que não têm diretamente nada a ver com a legislação trabalhista ou os direitos específicos do trabalho.

Queremos conversar com os negros não apenas, ainda que seja fundamental, sobre as questões da democracia racial no Brasil, do acerto de contas do Brasil consigo mesmo, do ponto de vista da sua fisionomia civilizatória. Isto é fundamental, mas não é suficiente. Nós queremos conversar com os movimentos pela igualdade racial também sobre a reforma agrária, sobre a reforma tributária, sobre a reforma da previdência, sobre temas de interesse geral da sociedade.

Vamos conversar com os empresários não apenas sobre as questões da indústria, do comércio, dos serviços, do financiamento da produção; queremos conversar com os empresários sobre o combate à fome, sobre o combate à corrupção, sobre a defesa do meio ambiente. A pauta tem que ser politizada, socializada, é preciso descompartmentar a pauta: os movimentos sociais discutindo as questões que, até agora, foram as questões das elites, e as elites sendo interpeladas e desafiadas a discutir as questões que, até agora, foram da pauta reivindicatória dos movimentos populares.

Paulo Freire falava algo muito importante: os trabalhadores querem saber tudo aquilo que as elites sabem, sem deixar de saber aquilo que já sabem como trabalhadores. Porque a perspectiva dos trabalhadores – e isto, agora, do ponto de vista eleitoral, aconteceu – não pode ser apenas reivindicar do Estado, reivindicar do outro. Deve ser a de pensar o Estado como potencialmente seu, de pensar a execução de políticas por meio do Estado. Os militantes populares e sociais no Brasil, sobretudo aqueles que nos tornamos adultos no período da ditadura militar, nascemos de banda para o Estado, como os tropeiros de Guimarães Rosa. Porque conhecíamos somente o Estado que cooptava, planejador autoritário, autocrático, policial, repressivo. Nós adotamos uma atitude muito defensiva perante o Estado, mas agora ele tem a hegemonia política de um presidente de esquerda, de uma aliança eleitoral vitoriosa, liderada pela esquerda. Isso nos obriga a fazer uma renovação da nossa própria cultura política, da cultura política dos movimentos sociais, para disputar criativamente o sentido das políticas públicas. Se não fizermos isso, os movimentos sociais podem ser tentados a ficar numa postura puramente reivindicatória, autoprotetora, e as elites usarão a sua força, a sua influência, a sua capacidade, para direcionar as políticas públicas no sentido desejado por elas.

A disputa política se trava, sobretudo, na sociedade. Em algumas entrevistas, perguntaram-me se estamos contrapondo democracia direta à democracia representativa. De modo algum. Seria um absurdo. Não é este o debate, o debate é sobre a natureza e o sentido das democracias contemporâneas. Nos Estados Unidos e em vários países europeus, onde o voto é facultativo, têm votado 30%, 35% dos eleitores, o que significa que o ato constitutivo da democracia representativa é recusado pelos eleitores, é recusado pelos cidadãos. Isso gera alheamento, gera indiferentismo político, faz com que os cidadãos percam qualquer dimensão de co-responsabilidade social, de co-responsabilidade pelos rumos do país; gera um sentimento destrutivo, negativista em relação à política. E nós sabemos que quando o povo se afasta da política, ela é facilmente monopolizada pelas elites.

Nosso objetivo é socializar a política, socializar o poder político, sem que o Estado abra mão de suas responsabilidades. A Constituição brasileira usa um conceito de *democracia participativa* que considero um conceito rico, um avanço, do ponto de vista de formulação. A democracia participativa, para falar de uma maneira simplória, seria a democracia representativa qualificada. Não temos isso no Brasil ainda; passaremos a ter se tivermos uma reforma política digna deste nome, mas uma democracia representativa qualificada, sobretudo, por um novo sistema de participação popular, que considere a autonomia da sociedade nas decisões e no controle do exercício do poder.

Por isso nós criamos na Secretaria-Geral da Presidência uma nova estrutura. Existia no Ministério uma Secretaria de Relações Parlamentares, substituída pela Secretaria de Articulação Social. Não que as relações parlamentares não sejam necessárias, mas elas passaram a ser feitas pela Casa Civil. Aliás, elas são imprescindíveis; seria hipocrisia negar que elas sejam imprescindíveis, mas estamos tratando de outra perspectiva. Assim como a Casa Civil tem um diálogo cotidiano, sistemático, minucioso, profissional, com cada bancada na Câmara e no Senado, com cada deputado, com cada senador individualmente, o presidente e nós todos da equipe de governo tomamos a decisão de ter um ministério que procure fazer este mesmo diálogo cotidiano, sistemático, minucioso, profissional, com as entidades da sociedade civil, com as igrejas, por exemplo – e o Brasil tem

um potencial grande neste espaço. O presidente falou no discurso de posse que há uma energia de solidarização formidável na sociedade brasileira – e isto não é pouca coisa. Depois de dez anos de neoliberalismo, de prevalência de um individualismo exacerbado, de consumismo, da vitória dos valores do “salve-se quem puder”, da “lei de Gerson”, é muito significativo haver, no Brasil de hoje, uma energia tão poderosa de solidariedade social. Centenas e centenas de mensagens chegam todos os dias ao Palácio do Planalto, de pessoas que não pedem absolutamente nada: elas se propõem a participar do combate à fome, elas querem se engajar na luta contra a corrupção, na luta em defesa dos direitos da mulher, na luta pela igualdade racial. Querem participar não por interesses materiais, mas por interesses ideais, por um ideal de país, por convicções civilizatórias. A democracia brasileira não tem esses canais para que essa vontade social se expresse. Mesmo os Conselhos do governo, muitas vezes, não servem como canais de expressão porque são muito burocratizados, muito morosos diante do sentimento, do dinamismo plural da sociedade.

Nós não temos uma receita pronta sobre como fazer isto. O diálogo com o Congresso Nacional é complexo, mas é bem delimitado. Há um número determinado de deputados e senadores, são duas casas no mesmo prédio, as regras são bem definidas. O diálogo do Poder Executivo com a sociedade civil tem de levar em conta que a sociedade é muito mais pulverizada, muito mais diversificada, muito menos institucionalizada, e que nem sempre a iniciativa parte do Executivo. Muitas vezes ela partirá da sociedade. E num país como o Brasil, há milhões e milhões de pessoas que não participam de nenhuma entidade reivindicatória, mas isto não significa que não sejam associados a alguma coisa, de alguma maneira. Isso é muito importante, também, nessa disputa sobre os rumos do país.

Temos o desafio de identificar quais são os canais, se devem ser institucionalizados ou não, queremos pensar junto com as próprias entidades da sociedade civil. Queremos criar um espaço de interlocução entre a sociedade civil e o governo Lula, sem que a sociedade abra mão de sua independência. Será um espaço também de crítica, quando for o caso. Este é o nosso desejo, este é o nosso propósito.

Passo agora a responder às perguntas e a outras observações, feitas pelos participantes deste Seminário. Se temos uma concepção estruturalmente democrática da vida social – mesmo aqueles que somos socialistas, mas queremos um socialismo democrático e não autoritário, não queremos estatizar a sociedade, a economia, a política, a vida social, a vida cultural – precisamos compreender isso: nenhum governo terá jamais todo o poder. Jamais um governo eleito pela via democrática, que queira permanecer como democrático, terá todo o poder, e me parece muito positivo que seja assim. Além de respeitar atribuições que não são suas, e sim do Legislativo e do Judiciário, ele terá sempre que negociar com a sociedade, terá sempre que construir sínteses.

A sociedade civil não é una e não está isenta de contradições. Há impulsos libertários e transformadores na sociedade civil e há também impulsos conservadores e regressivos na sociedade. A rigor, simplificando um pouco a definição, tudo o que não é Estado no país é sociedade civil. E ela é atravessada por contradições: o Brasil tem organizações da sociedade civil que são profundamente direitistas e nem por isto são menos legítimas; num regime democrático e pluralista todos têm direito de se representar. O mundo religioso brasileiro é tremendamente plural e a expressão política das igrejas no Brasil vai desde a que é transformadora, libertária, libertadora, até a reacionária, abertamente reacionária. O fato de ser sociedade civil não dá atestado de progressista a ninguém, assim como o fato de se proclamar avançado, transformador, também não faz de nenhum partido um partido de fato transformador na prática. Existe corporativismo em movimentos sociais, inclusive progressistas, no Brasil.

O que defendo é que nós temos que fazer uma aliança social com aqueles que querem fazer as reformas no sentido democrático-popular. E isto vai supor a soma de determinados setores da sociedade civil com vocação mais transformadora e uma certa disputa, uma certa dialética no interior da própria sociedade civil. Eu, por exemplo, fui sindicalista na área de Educação, em Minas Gerais, e ficava profundamente irritado com a defesa de reajustes de salário iguais para todos. Nós tínhamos cantineiras e faxineiras nas escolas públicas de Minas que ganhavam um salário mínimo e tínhamos – temos ainda – no Estado funcionários dos três Poderes

recebendo, por exemplo, R\$ 20 mil por mês. Um percentual de 20% de reajuste para quem ganha um salário mínimo significa muito pouco, mas para quem ganha R\$ 20 mil por mês significa muito. E isto não favorece a justiça salarial no interior da própria classe trabalhadora, pelo contrário: consolida a injustiça salarial. Então, há contradições também entre os assalariados, há contradições no âmbito do próprio movimento sindical. E nós vamos ter que discutir abertamente estas contradições. O Brasil não se tornará um país mais justo se nós não tivermos a coragem de falar a verdade para nós mesmos, a verdade sobre as elites, evidentemente, mas a verdade, também, sobre contradições que existem no âmbito das próprias – ou ditas – classes populares.

Há entidades democráticas, da sociedade civil, que, a pretexto de não comprometer a unidade das categorias profissionais que representam, muitas vezes são levadas a defender privilégios que existem em certos espaços da vida social brasileira. O compromisso do governo Lula é, sobretudo, com aqueles setores que são de fato prejudicados. Se tivermos que enfrentar privilégios, os privilégios serão enfrentados.

A idéia de que existem na sociedade civil os setores organizados e os setores desorganizados é uma idéia muito perigosa e pode dificultar muito a democratização da sociedade. Existem milhões e milhões de pessoas no Brasil que não participam de entidades reivindicatórias – sindicatos, associações comunitárias, etc. –, mas nem por isso deixam de participar, de alguma maneira, da vida social e da vida política. Nem por isso deixam de participar de entidades associativas – clubes de futebol, igrejas, entidades culturais, musicais. Talvez nós tenhamos de alargar o conceito de organização social, para permitir que pessoas que não participam das nossas entidades possam participar, enfim, desta interlocução da sociedade civil com o Estado ou da interlocução da sociedade civil com ela mesma.

Pela primeira vez na História do Brasil, nessas últimas eleições, os setores chamados desorganizados ou marginalizados – que já foram chamados de “descamisados” – votaram na esquerda. Vale frisar: é a primeira vez na História do Brasil que a ampla maioria dos setores ditos desorganizados votou nos partidos de esquerda. Isso nunca havia acontecido antes, que eu saiba. Então, o que nós queremos fazer no governo – eu sei que é um

desafio enorme e o risco de fracassar existe – é dialogar com as entidades e os movimentos organizados da sociedade civil, mas dialogar também criando instrumentos e canais, inventando, inaugurando canais com aqueles setores ditos desorganizados. Talvez nós tenhamos que fazer isso por efeito-demonstração: como é que o governo vai conversar com os jovens de periferia? Eles não têm nenhuma entidade representativa, muito menos uma entidade de âmbito nacional, mas talvez se o presidente ou o governo, ou estruturas governamentais dialogarem com os jovens de periferia na favela Brasília Teimosa de Recife, como foi o caso, recentemente, da visita do presidente e dos ministros, talvez isso abra um diálogo. O diálogo não precisa ser necessariamente direto com 10, 15, 20 ou 30 milhões de jovens; ele às vezes é feito pela mediação do simbólico: se o presidente conversa com jovens de periferia em Recife, de alguma forma ele está conversando com jovens de periferia do Brasil inteiro, sobretudo se for um diálogo que tenha conteúdos, que tenha propostas, que tenha políticas públicas na sua intencionalidade. Isto vale para outros setores da sociedade brasileira, que não são institucionalizados em entidades, porque senão nós estaremos dialogando só com uma parcela da sociedade civil e não com toda ela.

Eu sei que é fácil de falar e difícil de fazer, mas a obrigação de um governo como o nosso é a de tentar, é se arriscar a fazer, é não se acomodar com o fato de que a sociedade civil é muito diversificada, muito pulverizada e dizer assim: “Bom, então eu não vou conversar com determinados setores por que eles não têm entidades ou não têm movimentos institucionalizados”. Seria uma espécie de amputação preliminar do diálogo com a sociedade civil. É melhor se jogar na água, correndo o risco de se afogar, do que ficar no cais e não se arriscar a fazer este diálogo com a sociedade do jeito que ela é.

Nós visitamos uma favela no Piauí e em 80% das casas o chefe de família é mulher, não são casais formais nem informais. O diálogo com essas mulheres tem que ser feito lá, elas nem têm com quem deixar as crianças. O governo tem de ir até onde a sociedade está. E nós dizemos: elas não são organizadas... Não são em tese, porque o presidente apareceu lá para conversar e elas rapidamente se organizaram para conversar com ele. Se o governo for lá para conversar, elas rapidamente se organizarão para

conversar com o governo, mesmo que elas não tenham entidade. Nem tudo precisa ser oficializado, formalizado, as pessoas se organizam em função de problemas concretos, de desejos comuns. Se elas votaram num governo de esquerda para mudar é porque elas têm potencial de auto-organização, precisamos oferecer oportunidades para que esse potencial se concretize.

A Secretaria-Geral da Presidência fica também com a responsabilidade de criar o que o presidente e nós estamos chamando de agenda de interlocução social do presidente, não só do governo. Ele disse que quer ter metade da agenda no Palácio e metade na sociedade. É importante que ele seja o presidente também do Palácio. Com toda a luta de milhões de pessoas para que as forças populares chegassem ao Palácio, não faria sentido se ele não exercesse seu papel de governante que, em parte, se dá no Palácio. Mas ele, pessoalmente, também quer dialogar com as entidades, com os movimentos e com os setores da sociedade, com as pessoas, como ele tem dito. Essa não é a tradição da política brasileira. Isso terá de ser inventado também, porque não é fazer um palanque para que a sociedade ouça, é criar espaços sociais, canais, para que possa haver o diálogo do governo com a sociedade e da sociedade com o governo. O presidente quer fazer isto, nós vamos nos empenhar. O presidente quer voltar à porta da fábrica, mas ele não quer entrar na fábrica direto, quer primeiro ocupar o espaço da porta da fábrica, como nós sempre ocupamos. Isso tem um forte valor político-simbólico que, na minha opinião, nós não podemos perder, não devemos perder. A porta da fábrica é um espaço nosso, mesmo que agora ele, como presidente da República, possa entrar na fábrica e até seja convidado a entrar na fábrica.

Se a sociedade civil brasileira não tivesse a fortíssima organização que tem, Lula não seria presidente da República. A vitória não se deu apenas por causa do PT e de seus aliados, foi também resultado da auto-organização da sociedade civil. Então, vamos, antes de mais nada, valorizar, sem triunfalismo, sem auto-apologia, aquilo que nós próprios construímos.

ONGs republicanas e democráticas em um novo cenário político

Silvio Caccia Bava¹

No debate em pauta, represento um esforço de articulação de uma Rede Latina-Americana de Associações Nacionais de ONGs e de algumas redes importantes como o Ceaal e a Alop. E nesta condição também quero saudar os companheiros que participaram da mesa: primeiramente, Pedro Pontual, que coordenou a mesa, presidente do Ceaal, uma rede que tem vinte anos e que trabalha a questão da educação de adultos e a educação popular na América Latina e que conta com mais de 200 associadas em todo o continente. Quero saudar também o Luiz Dulci, como ministro, mas também recordando todo seu passado de lutas – e o presente de lutas – como sindicalista e também como construtor, na sociedade civil, das articulações, das redes, dos movimentos, que estão conseguindo ampliar a cidadania e criar novas condições políticas de afirmação de direitos entre todos nós.

Acho importante fazer este tipo de saudação porque eu creio que o primeiro passo para poder discutir o tema da relação da sociedade civil com o Estado, nesses novos marcos de democratização na América latina, é

1. Sociólogo, diretor do Instituto Pólis e da Abong.

recuperar a trajetória histórica que nós tivemos desde os regimes autoritários, em nossos países, de construção de grupos de cidadãos que se organizam na defesa de direitos. Por intermédio desses grupos, articulou-se a sociedade civil, criaram-se os movimentos e ampliaram-se os espaços públicos de participação, tão valorizados neste momento entre nós.

Recuperar essa trajetória significa, num primeiro momento, reconhecer que houve um esforço molecular na sociedade, no sentido da organização por bairro, por fábrica, por regiões, onde grupos de operários e de associações de moradores, onde o papel da teologia da libertação e das comunidades de base, tiveram um papel fundamental. No momento seguinte, a partir de meados dos anos 1980, nós vamos ver o início da construção de redes de entidades da sociedade civil – redes de ONGs, redes de movimentos, redes, enfim, que acabam tendo um papel cada vez mais importante e que vão articular, por sua vez, espaços internacionais e nacionais, gerando, por exemplo, esta mesa de articulação de associações nacionais de ONGs da América Latina e gerando a própria possibilidade do Fórum Social Mundial. Nós não podemos deixar de reconhecer que o Fórum não nasceu há três anos: o Fórum nasceu de um esforço de militância, de um esforço de mobilização da sociedade civil, que já conta com décadas entre nós.

Inicialmente, falarei de qual é o papel que eu compreendo que estas redes estão assumindo, com uma importância crescente neste novo cenário. Para que servem essas redes de ONGs, para que servem essas associações nacionais, para que servem essas articulações internacionais? Eu diria que o primeiro ponto é construir uma mediação entre os organismos de base – que se acumularam nesse passado de organização da sociedade civil – e o mundo da política. É um trabalho de mediação; é um trabalho que tem dois sentidos fundamentais.

O primeiro, é o de politizar o social. Isso quer dizer que cada um dos moradores dessas regiões, onde atuam as ONGs e as redes de movimentos, encaram as suas necessidades cotidianas como demandas. Politizar o social significa reconhecer que essas demandas só podem ser respondidas por políticas públicas. E essas demandas, então, precisam se transformar em questões não mais de reivindicação, mas em questão de disputa de alternativas de políticas públicas.

O segundo ponto fundamental para identificar o papel dessas redes é a socialização da política, em um momento de democratização dos nossos países. No entanto, a transição é ainda limitada, muitas vezes conservadora, para tornar um indivíduo cidadão, torná-lo capaz de ser ativo em termos da construção de seus direitos, capaz de se incorporar a coletivos e, por meio desses coletivos, disputar uma transformação social, disputar a transformação das políticas públicas.

Isso é atribuir à cidadania o papel do exercício da política, é não reservar o exercício da cidadania apenas à esfera dos partidos, à esfera do Estado, mas perceber que essa cidadania se permeia, se infiltra, se articula em todo o meio social, em todo o tecido social, e é justamente essa articulação no tecido social que permite a transformação de cada indivíduo, de um cidadão passivo, concebido pelos regimes autoritários como um cidadão de segunda categoria, em um cidadão pleno, em um cidadão ativo, em um cidadão capaz de se articular coletivamente e fazer valer os seus direitos.

Essas duas premissas dão a identidade dessas redes, dão a identidade e a perspectiva do trabalho social que a Mesa de Articulação de Associações Nacionais, assim como a Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais (Abong) e as redes temáticas têm desenvolvido. A pergunta é: quais são os objetivos deste trabalho? Para que ele serve? Por que essas redes, essas pessoas, se comprometem, dedicam o seu tempo, se mobilizam, sacrificam muitas vezes outros afazeres e responsabilidades?

Eu vejo dois objetivos fundamentais dessa construção de cidadania, dessa construção de novos espaços públicos, da atuação das redes.

Um dos objetivos é a democratização da democracia. Significa reconhecer que nós vivemos em democracias mais formais do que efetivas, que as democracias na América Latina não conseguiram socializar o poder, que as democracias da América Latina, muitas vezes, ainda permanecem sob o controle das elites e que precisam ainda de pressões da sociedade para se alargar, para se ampliar, para estender os seus direitos, para envolver o conjunto da sociedade.

O outro objetivo é a redistribuição da riqueza. A democratização só será substantiva se construir mecanismos, políticas públicas, capazes de operar a redistribuição da riqueza. Nossos países passaram a década de

1990 e entraram no século XXI mantendo um padrão de acumulação que continua beneficiando apenas as elites. Mesmo aqueles, como o Chile, que conseguiram manter índices de crescimento mais significativos, não conseguiram reduzir a diferença entre ricos e pobres. Mas o fato é que, no conjunto dos países da América Latina, assim como em outras regiões do mundo, o que se verificou foi um empobrecimento generalizado, uma verdadeira regressão no padrão de vida da população. Não há, na América Latina, indicadores que possam demonstrar que no passado recente houve em qualquer dos seus países redistribuição da riqueza. A América Latina é o continente mais desigual entre todos os continentes. O continente que, por excelência, tem a marca da pobreza e da riqueza extrema.

Se nós observarmos os indicadores das Nações Unidas, nos anos 1960, a diferença entre os 20% mais ricos e os 20% mais pobres do planeta era de 30 para 1. Em 1990, essa diferença chega, de uma maneira geral no mundo, a 82 para 1. Na América Latina, ela é mais acentuada, ela tem a marca dos processos impostos por uma elite que cada vez mais tem dificuldades de se sustentar, em função dos processos sociais aos quais eu vou me referir.

Diante dessa realidade, qual é o desafio que mobiliza a todos? O principal desafio que a cidadania e essas redes têm a enfrentar, na politização do social, é o de desnaturalizar a pobreza e a exclusão social. É tornar visível, para o conjunto da sociedade, que a pobreza é uma construção histórica, é uma construção de séculos em nosso continente e ela depende fundamentalmente da ação do Estado e das ações das políticas públicas para se efetivar nos processos de aumento da exclusão, nos processos de aumento da pobreza, nos processos de aumento da desigualdade.

O papel do Estado é central na formulação de políticas que concentram ou redistribuem a riqueza e a renda, como é reconhecido pela OIT. Essa organização levanta a questão de que assim como as políticas públicas historicamente têm feito a promoção da desigualdade e da exclusão social, são elas que podem corrigir essa desigualdade, promover políticas de redistribuição da riqueza, promover políticas de participação e incorporação da cidadania.

É preciso, ao tentar desnaturalizar esta questão da pobreza, começar a enfrentar alguns mitos com os quais nós nos envolvemos. Por exemplo,

a separação da economia das questões sociais. Não é possível mais pensar que haja uma lógica independente de um modelo econômico e do benefício social que ele pode gerar para a sociedade. Vale salientar também alguns outros mitos, que cumprem um importante papel ideológico. Por exemplo: o mito dos programas de combate à pobreza, que não combatem a pobreza; o mito dos programas de inclusão social, que não incluem; o mito dos programas de desenvolvimento local, que não desenvolvem; o mito dos programas de geração de emprego e renda, que não geram trabalho. Ou seja, são coisas que muitas vezes ocupam nossas agendas – as agendas da militância, das organizações da sociedade civil, e que precisam ser revistas nos seus marcos. É preciso reconhecer também que, com a riqueza que temos, ninguém teria de passar fome. Já há uma riqueza no mundo, na América Latina, no Brasil, suficiente para erradicar qualquer pobreza absoluta, qualquer insuficiência que nós tenhamos.

Tratarei, agora, mais objetivamente, a questão que eu considero que seja o núcleo desta discussão. Nós herdamos um Estado vertical, autoritário, hierárquico, centralista, e justamente por conta deste modelo de gestão, desta organização do Estado, é que se tornam possível essas políticas públicas que geram exclusão e pobreza. Por isso que nós temos na nossa agenda social, na América Latina, temas como a reforma agrária, como a reforma tributária, como a reforma política. Esses temas dizem respeito à superação de um modelo de gestão, de um modelo de Estado. O tema da reforma do Estado, da democratização da gestão pública, torna-se central na perspectiva de reorientar a ação coletiva, por intermédio deste Estado, para a equidade social, para justiça social, para eliminação da desigualdade. Para que isso possa acontecer, a história tem nos demonstrado que existem alguns processos que são chaves. Por exemplo, o processo de descentralização das políticas públicas, o processo de abertura de Estado à participação da sociedade, o processo de transparência do Estado, oferecendo à cidadania as opções e as informações capazes de orientar as escolhas, as votações, os processos de participação mais ampla.

E, finalmente, o desenvolvimento de mecanismos de controle social, que vêm sendo cada vez mais importantes e têm ocupado a agenda da

cidadania. Experiências como, por exemplo, o orçamento participativo no Brasil, que agora passa a gerar um outro tema que é o controle social do orçamento público como um todo; como as *Mesas de concertación de lucha contra la pobreza*, do Peru, que organizadas em mais de 900 municipalidades, estão a decidir em nível municipal, em nível provincial e em nível federal, num espaço conjunto de consulta e negociação com o governo, os caminhos dos investimentos e a definição das políticas públicas naquele país.

E é aqui que entra o papel da sociedade civil, o papel da suas redes e de seus movimentos, e, em um certo sentido, uma diferença que começa a demarcar as responsabilidades, no campo do Estado, dos governantes; e, no campo da sociedade civil, destas redes.

Saliento que mesmo tendo os mesmos objetivos, um governo democrático, um governo como esses que estão começando a emergir na América Latina, dos quais o governo Lula é emblemático, esses governos têm diferenças de papel em relação ao papel da sociedade civil.

Um governo de esquerda, eleito nos marcos de uma coalizão, tem limites que vêm das suas próprias alianças. Sua lógica é a de garantir a governabilidade, de buscar a implementação de políticas coerentes com o seu programa. Porém, enfrenta as resistências à mudança mesmo dentro de seu corpo de aliados. O papel da sociedade civil não tem a ver com governabilidade; o papel da sociedade civil tem a ver com a ampliação da participação cidadã no conjunto da formulação das políticas públicas, tem a ver com o exercício contínuo de uma pressão que pode ajudar este governo comprometido com objetivos sociais e democráticos a enfrentar as contrapressões dos setores conservadores e dos setores que pressionam para que as políticas permaneçam como estão.

Nesse sentido, é preciso reconhecer que há uma dialética, uma tensão contínua, um conflito permanente entre as relações entre Estado e sociedade civil. A democratização do modelo de gestão permite que esses conflitos possam ser expressos por intermédio de novas esferas públicas, de novas institucionalizações, como são, por exemplo, os conselhos de gestão no Brasil. Hoje, nós temos 27 mil conselhos de gestão no Brasil, no âmbito das políticas de saúde, de assistência social, da defesa de direitos de crianças e adolescentes, etc. Nesses conselhos, atuam algumas centenas de milhares

de cidadãos e de cidadãs, eleitos por suas comunidades, seus grupos sociais de interesses. Esses conselheiros estão com a responsabilidade pública de expressar as demandas da sociedade e de formular as políticas inovadoras no âmbito de suas competências. Não é demais lembrar que o Sistema Único de Saúde, o SUS, foi construído nessa dialética entre Estado e sociedade civil. E é considerado um dos sistemas de gestão mais avançados do mundo. Esse é um capital que vai se construindo na sociedade, uma capacidade crescente, vamos dizer assim, de atuar no espaço público e começar a disputar as políticas.

Neste cenário, eu penso que nós temos a oportunidade de reconhecer uma novidade, reconhecer um novo período, reconhecer um novo desenho das relações entre a sociedade civil e o Estado. Um desenho no qual a necessidade de apoio, de participação permanente da sociedade civil, é condição para que o Estado consiga se reorientar, principalmente no novo modo de gestão democrático e participativo.

Nós reconhecemos, hoje, com base em experiências recentes, que não basta anunciar os objetivos sociais coerentes com o programa de democratização, coerentes com a construção da cidadania. Isto porque esses objetivos vão esbarrar no desenho de um Estado autoritário, um Estado que precisa ser reformado e transformado, para que esse novo Estado se abra à participação cidadã; um novo Estado que precisa saber acolher as contribuições da sociedade civil e, mais do que isto, atuar para fortalecer as representações coletivas da sociedade civil, reconhecendo a necessidade indispensável de um diálogo, de uma permanente interlocução com a sociedade, por meio dos seus atores coletivos.

O Estado autoritário é um Estado solitário, que não tem a interlocução da sociedade civil. Um novo Estado comprometido com esses objetivos mais gerais, mais democráticos, mais de equidade, mais de justiça social, precisa ir se abrindo por sua própria iniciativa, criando espaços públicos de co-gestão, criando formas de incorporar participação cidadã, sabendo que essa participação cidadã é condição para operar as rupturas dentro da estrutura organizativa do Estado que destrua os bastiões de defesa dos interesses das elites, e permita a reformulação das políticas para reorientá-las em termos do interesse social.

Dessa perspectiva, reconhecer um bom governo também passa pelo seguinte: ao final desse bom governo, ele foi capaz de ajudar fortalecer as representações coletivas, as organizações coletivas da sociedade civil, as organizações autônomas da sociedade civil? Se ele foi capaz de reconhecer a necessidade desta interlocução, a necessidade de preservar e fortalecer a autonomia dessas redes e entidades da sociedade civil nessa interlocução, essas redes que fazem a politização do social e a socialização da política, então, esse governo conquistou um avanço no patamar civilizatório e democrático do nosso continente. Se ele não fez isso, não basta ter feito uma série de obras, não basta ter atendido uma série de demandas materiais, porque o tecido social, a organização que vai dar a vida e a continuidade nas relações políticas entre a sociedade civil e o Estado, não se fortaleceu e não poderá garantir e sustentar os avanços que devem ser garantidos e sustentados.

Eu creio que é preciso também identificar a importância crescente que vem assumindo a atuação das redes de ONGs, movimentos, associações, sindicatos, no cenário internacional. São redes cada vez mais plurais na sua composição, de entidades que fazem essa mediação entre a política e as demandas sociais. E essas redes também começam, nessa fase de globalização, a interferir nos espaços internacionais, a interferir na dinâmica de um Banco Mundial, do Banco Interamericano de Desenvolvimento, nas reuniões globais, que nós assistimos, dos principais organizadores da economia mundial como são o FMI e a Organização Mundial do Comércio (OMC), e começam a interferir mais do que tudo na opinião pública. Elas estão fortalecendo iniciativas como a campanha pela Paz, pelo não ataque ao Iraque, fortalecendo iniciativas como a reformulação dos sistemas das Nações Unidas. Essas iniciativas globais se combinam com as iniciativas locais, e essas redes fazem justamente a ponte entre as entidades e as associações locais e este cenário internacional em que os atores coletivos da sociedade têm de se expressar. A politização que esse processo de mediação pode trazer é fundamental, interferindo em políticas mais amplas, em políticas que, dialeticamente, acabam incidindo, por sua vez, também no nível local e no cotidiano de cada pessoa.

Eu finalizo dizendo que essa reflexão propõe, em um certo sentido, abrir um debate quanto às perspectivas futuras de relação do Estado com a sociedade civil organizada. Propõe abrir uma discussão sobre o papel que tem a sociedade civil também no espaço internacional, na sua relação com o sistema das Nações Unidas, com o sistema dos bancos internacionais.

Nos últimos anos, nós temos assistido grandes progressos na formação de redes internacionais de defesa da cidadania, mas é fundamental reconhecer que esses progressos provêm de um acúmulo de décadas de trabalho local, nacional; da construção de um tecido social em cada território, que garante que o Fórum Social Mundial, hoje, tenha a importância que tem no cenário planetário; que garante que associações nacionais de ONGs como, por exemplo, a do Peru, possam estar presentes em organismos de direção das principais iniciativas de democratização como o comitê executivo das *Mesas de concertación de lucha contra la pobreza*; que garante, por exemplo, que a Abong esteja participando do CDES, do novo governo.

Quero deixar claro que não atribuo unicamente às ONGs essas conquistas. Eu vejo isso como uma conquista de uma multiplicidade de organizações, que são fundamentais para a democratização de nossas sociedades e de seus governos. E se observarmos a trajetória das lutas pela defesa e pela ampliação da cidadania nas duas últimas décadas, período em que o neoliberalismo promoveu a desconstrução dos direitos e dos espaços públicos, veremos que essa trajetória demonstra, de fato, uma presença cada vez mais ativa dessas organizações e redes e cobra uma manifestação cada vez mais clara e definida por parte dos governos e do sistema internacional, de como se pode se dar essa nova relação Estado e sociedade civil, de como pode se dar a construção de novas esferas públicas, que permitam a sustentação política dos processos de mudanças que esses governos tanto necessitam.

Mesa de Concertação para a Luta Contra a Pobreza – Peru

Maria Josefina Huamán¹

A Mesa de Concertação para a Luta Contra a Pobreza (MCPLCP) completou, em 18 de janeiro de 2003, dois anos de atividades, fato que ocorreu com uma convocação do Estado à sociedade civil, formalizada por meio de um decreto supremo do Ministério da Mulher e o do Desenvolvimento Social.

Contexto em que surge

1. Durante o governo de transição, extinguiu-se um governo autoritário e corrupto, que governou o país por dez anos.
2. Num momento no qual se faz evidente que o modelo neoliberal, ortodoxamente aplicado nesses dez anos, tinha sido ineficaz para a redução da pobreza. Mesmo durante os anos de maior crescimento econômico (de 1994 a 1997), a pobreza só caiu em quatro pontos percentuais. Hoje, 54% da população vive em situação de pobreza e 25% na de pobreza extrema.

1. Diretora-geral de Alternativa – Centro de Investigación Social y Educación Popular.

3. Num contexto no qual, embora com um governo autoritário, estavam se desenvolvendo, nos níveis distrital e provincial, diversas iniciativas de acordo entre autoridades locais e a população organizada para a elaboração de planos de desenvolvimento integral, participativo e pactuado. Além de outras iniciativas de concertação setorial, como no caso da saúde.

Consensos sociais e políticos básicos

Atualmente, são três os consensos que vêm se afirmando: o fortalecimento da democracia representativa, por meio da convocação para novas eleições. O fortalecimento da democracia participativa, por intermédio da criação de diversos espaços para a concertação entre o Estado e a sociedade civil, como forma de exercício das decisões em diversos campos dos problemas públicos, como a corrupção, a pobreza e outros. A prioridade para fazer frente de modo acordado ao problema básico que toda sociedade deve resolver e que é a situação de pobreza em que vive a maioria da sua população.

Neste sentido, os objetivos colocados no decreto de criação da Mesa de Concertação para a Luta contra a Pobreza foram os seguintes:

1. Concordar as políticas sociais numa perspectiva de desenvolvimento humano, focalizando eqüidade e gênero.
2. Atingir maior eficácia na execução dos programas compreendidos na luta contra a pobreza.
3. Institucionalizar a participação da cidadania no desenho, na tomada de decisões e na fiscalização da política social do Estado.
4. Atingir a transparência e a integridade nos programas de luta contra a pobreza.

Na constituição da mesa, concorrem vários elementos:

- A constatação da ineficiência do modelo de desenvolvimento e do enfoque da luta contra a pobreza, aplicados até o momento atual.
- A necessidade de gerar um espaço de concertação entre a sociedade civil, o Estado e a cooperação internacional, como atores importantes na resolução desse problema.
- Ser imperativo de que isso seja feito com base na perspectiva das pessoas como sujeitos de direitos e responsabilidades.

Conquistas

1. A descentralização da MCPLCP

Em janeiro deste ano, o país iniciou um processo de descentralização com a constituição dos governos regionais. Porém, a MCPLCP foi pioneira no processo de descentralização e entendeu que a concertação para a luta contra a pobreza não poderia ser centralizada e elitista, mas, ao contrário, deveria lograr a participação ativa da própria população que vive na pobreza.

Até hoje, são mais de mil a mesas de concertação existentes em âmbito nacional. Depois de atingir todos os departamentos e 90% das províncias, até o final de 2002, foram atingidos 40% dos distritos.

2. A Carta Social

Nos seus primeiros meses, a mesa iniciou uma discussão sobre o enfoque do que deveria ser a estratégia de luta contra a pobreza. O resultado foi a Carta Social, elaborada e assinada pelos diversos componentes da mesa, e que constitui o marco conceitual da sua ação. O documento enfatiza o fato de que os objetivos sociais concordados devem ser os propulsores que orientem as estratégias de desenvolvimento, de modo que as políticas setoriais econômicas estejam a serviço da sua realização. Para isto, fica claro que a pobreza só poderá ser eliminada de modo permanente com uma proposta de desenvolvimento inclusivo. A carta faz ênfase, também, no fato

de que as pessoas que vivem na situação de pobreza deveriam ser reconhecidas como cidadãos e serem tratadas respeitando a sua dignidade como pessoas humanas plenas.

Os compromissos assumidos na Carta Social são:

1. Gerar uma sociedade baseada em princípios éticos.
2. Incentivar os princípios éticos e morais.
3. Fortalecimento da institucionalidade democrática.
4. Trabalhar pela equidade, a eficiência e a transparência.
5. Redefinição da política econômica para objetivos sociais.
6. Dar prioridade à educação e à saúde.
7. Assumir como próprias as metas sociais das Nações Unidas.
8. Desenhar as políticas sociais em função das capacidades das pessoas.
9. Fortalecer as habilidades para a criação de emprego.
10. Contribuir para a descentralização.
11. Organizar sistemas descentralizados de participação cidadã.
12. Atenção ao mundo rural.
13. Respeitar os territórios indígenas.
14. Proteção dos emigrantes no exterior.
15. Trabalhar por uma ordem internacional justa.
16. Pagar a dívida social interna com igualdade de oportunidades e uma justa redistribuição do ingresso.

Além disso, tem-se a consciência de que a luta contra a pobreza é uma co-responsabilidade entre o Estado e a sociedade civil. Da mesma forma, considera-se que os planejamentos acordados para o desenvolvimento e a participação na formulação do orçamento público são instrumentos fundamentais na luta contra a pobreza, e de que a luta contra a pobreza precisa pular das políticas setoriais e centralizadas para as políticas descentralizadas e que

incorporem o critério espaço-território como eixo e sejam baseadas em um enfoque de direitos e responsabilidades.

A nossa Carta Social, aprovada em maio de 2001, dá ênfase a esses aspectos. A Carta tem sido largamente difundida em nível nacional e tem acompanhado, como documento de declaração de princípios, o processo de extensão da mesa por todo o país. O nosso documento foi retomado parcialmente pelo atual governo, para formular a sua proposta de Carta de Política Social, e tem orientado a formulação dos Planos Departamentais de Desenvolvimento Concordado, assim como a nossa participação e os aportes para as políticas pactuadas no marco do Acordo Nacional e depois nos compromissos para Acordos Regionais para a Descentralização e a Governabilidade.

3. Elaboração de planos departamentais pactuados e o orçamento participativo

Em decorrência da convicção de que a pobreza só pode ser eliminada com uma proposta de desenvolvimento inclusivo, a mesa promoveu a elaboração de planos de desenvolvimento pactuados e participativos, em nível departamental, para que os recursos do Estado se orientassem para as prioridades estabelecidas nestes planos.

Essa experiência, desenvolvida pelos Planos Pactuados e Orçamento Participativo, em nível regional, é, sem dúvida um dos aportes mais importantes da Mesa de Concertação ao processo de descentralização e para a recuperação do planejamento estratégico como instrumento central da gestão pública.

Na última década, em alguns distritos e províncias do país, na contra-mão das políticas centrais, diversos governos locais, com o apoio de setores da sociedade civil, impulsionaram processos de planejamento estratégico provincial e distrital em forma participativa. A formulação de planos estratégicos de desenvolvimento, de forma pactuada em um determinado território, pretende construir uma aliança de atores sociais (públicos, privados e da sociedade civil), baseados em objetivos compartilhados e em cursos de ação comuns, em busca, desde o início, de geração do máximo possível de condições sociais favoráveis para o sucesso, com a maior eficácia e

eficiência possível. A concertação de planos de desenvolvimento dá maior legitimidade às decisões públicas, facilita a continuidade das políticas sociais e produtivas e gera condições para a transparência, acompanhamento e rendição de contas pela população.

Acolhendo essa experiência, a Mesa de Concertação para a Luta contra a Pobreza iniciou, desde 2001, processos similares no âmbito departamental. No início do ano 2002, com o ativo compromisso do Ministério de Economia e Finanças, a Presidência do Conselho de Ministros e o Ministério da Presidência, por meio das CTARs e de importantes organizações da sociedade civil, a Mesa de Concertação difundiu essas experiências para todos os departamentos do país, com a orientação de que as estratégias de desenvolvimento propostas levassem em conta, de maneira especial, a realidade da população em situação de pobreza.

Como resultado desse processo, as 24 regiões do país, além de Lima Metropolitana – considerada como regime especial – têm Planos de Desenvolvimento Departamental Pactuado, e a maioria delas, Programas Multianuais de Investimento 2003-2006, para orientar a formulação proposta pelo setor público, assim como os projetos de desenvolvimento promovidos por organizações da sociedade civil e da cooperação internacional.

Nesse sentido, a Mesa de Concertação para a Luta contra a Pobreza propôs, desde o início, vincular os processos de planejamento estratégico departamental, realizados no início do ano 2002, com a elaboração do orçamento para o ano 2003. Tratava-se de priorizar, de forma pactuada, os projetos de investimento para o departamento, tendo em conta o plano estratégico de desenvolvimento e tendo como marco o recurso orçamentário definido pelo MEF, o qual, pela primeira vez, foi realizado levando em conta a incidência da pobreza em cada departamento.

Nove departamentos de todos os que concluíram a formulação dos seus Planos de Desenvolvimento Pactuado (Amazonas, Huancavelica, Huánuco, Junín, Moquegua, Pasco, Puno, San Martín e Tacna) conseguiram qualificação (graças ao apoio que obtiveram de 100% dos municípios provinciais do seu território) para participar na Operação-Piloto de Orçamento Participativo 2003. Assim, os projetos de investimento priorizados por esses departamentos – e que foram declarados viáveis pelo sistema de investimento

público até 31 de dezembro de 2003 –, têm sido incorporados ao orçamento da República para o ano de 2003.

4. Participação em outros aspetos da concertação

A institucionalização do diálogo e a concertação é outra das apostas fundamentais da mesa, à qual dedicamos muitos esforços. Assim, reconheceu-se a incorporação da Mesa da Concertação como um dos 13 participantes no diálogo para o Acordo Nacional. Temos nos comprometido com muita força neste processo, trabalhando propostas para os principais temas de debates e apoiando, no ano passado, a realização dos fóruns descentralizados. A mesa é das organizações que tem garantido uma maior presença e a continuidade dos aporte, tanto na instância nacional do Acordo quanto em nível departamental na ocasião dos fóruns. Uma conquista importante nesta etapa tem sido a incorporação explícita da necessidade de institucionalizar o diálogo e a concertação nas políticas aprovadas no Acordo Nacional. Por isso, existe a expectativa de que no processo de construção das matrizes de acompanhamento, com o qual estamos comprometidos, chegue-se a acordar mecanismos consistentes de acompanhamento, que institucionalizem e dêem continuidade a esse Acordo.

5. Transparência na informação pública e vigilância social

Outra linha de trabalho importante, impulsionada pela Mesa de Concertação depois de uma primeira etapa mais focada na busca de informação – e pela qual o setor público informasse o que vinha realizando –, em termos de programas sociais, tem sido o impulso para ações mais sistemáticas de acompanhamento e de coordenação com alguns desses programas sociais, assim como a realização de atividades de capacitação e de promoção da vigilância cidadã. Os programas priorizados têm sido, em primeiro lugar, os novos programas de emergência, iniciados com o atual governo, ou seja, tanto o *A Trabajar Rural* como o *A Trabajar Urbano*. Em segundo lugar, outros como o *Pronaa* e o *Ordesur*. Nesse campo, a mesa participa do grupo de trabalho com o Bird, a Defensoria do Povo, a PCM e com

organismos da sociedade civil, para a coordenação de esforços funcionais ao desenvolvimento de um sistema de informação que facilite a vigilância cidadã dos programas sociais.

Assim mesmo, no marco da conjuntura eleitoral, a mesa participou, junto com a Defensoria do Povo e outras instituições públicas, da assinatura de um compromisso de neutralidade dos programas sociais e do desenvolvimento de ações de difusão e de capacitação desses aspectos. Parte deste esforço foi a assinatura do Código de Ética da mesa. Sabemos que a implantação de uma cultura ética para todas as pessoas que cumprem funções públicas é um processo necessário. Por isso, no comitê executivo, vem-se trabalhando na construção de uma proposta para a promoção da reflexão ética no conjunto das mesas. Fica para mais adiante a realização de um trabalho muito mais sistematizado e largo de capacitação para a promoção da transparência e neutralidade no uso dos recursos públicos e, particularmente, do manejo dos programas sociais, bem como uma vigilância muito mais ativa da sociedade civil em relação a isso.

6. Os acordos de governabilidade regional

Nos meses que antecederam o III Fórum Social Mundial, têm-se dado outros avanços no país, com a incorporação da perspectiva de concertação e participação na proposta de reforma constitucional, nas leis de descentralização e de governos regionais, assim como na nova lei de municipalidades, nas quais foi incluído especificamente o planejamento acordado e a elaboração participativa do orçamento. A mesa contribuiu para a visualização dessas propostas, participando na organização de Fóruns Descentralizados sobre essas temáticas, em coordenação com o Congresso da República, dando aportes em relação ao conteúdo dessas normativas.

Institucionalizar o diálogo e a concertação é, no nosso país, uma forma para afirmar a governabilidade. E, sem dúvida, um importante aporte feito pela mesa nesses meses, junto com outras instituições, tem sido o impulso à assinatura de compromissos entre os candidatos aos governos regionais – e também a muitos governos locais – para chegar a Acordos Regionais pela Descentralização e a Governabilidade. Esta tem sido uma experiência

nova para a mesa, não só pelo trabalho conjunto com a Comissão de Descentralização do Congresso, mas também pela aproximação com os partidos políticos que conseguimos nas diversas regiões do país. É significativo, neste sentido, que 80% dos candidatos, pertencentes a todos os partidos e movimentos políticos, assinaram os acordos; que 16 dos que resultaram eleitos sejam parte desses assinantes; e que, inclusive, alguns que não haviam assinado, tenham-no feito depois da sua eleição. Ainda que o panorama não se apresente livre de complicações, acreditamos que existem condições para continuar com esses processos e afirmar uma cultura de diálogo e concertação, nas regiões em que seja possível chegar a acordos de mais longo prazo para o bem do desenvolvimento e a superação da pobreza.

7. Processo de aprendizado

Uma das maiores conquistas, do meu ponto de vista, tem sido o aprendizado feito pelos diversos atores do Estado e da sociedade civil nesses últimos dois anos. O Estado está apreendendo a informar, consultar, concordar, respeitar as opções discrepantes, em síntese a ser mais democrático. Seus servidores estão apreendendo que eles são servidores públicos e não só fonte de poder.

A sociedade civil está apreendendo como funciona o Estado, como toma decisões, como usa seus recursos, seus procedimentos e seus próprios limites. Um morador disse: “eu achava que o Estado era mais poderoso”. Assim mesmo, está se dotando dos instrumentos básicos para fazer propostas sólidas. Assim mesmo, tem se gerado consensos sobre problemas centrais, que são a causa dos poucos recursos do Estado, como é o peso da dívida externa, um sistema tributário não equitativo e, sobretudo, a necessidade de repensar uma estratégia de desenvolvimento ao serviço das pessoas.

Desafios

1. As hipóteses nem sempre existem

Lograr o funcionamento e o impacto da mesa supõe um Estado com uma cultura participativa, com uma gestão transparente, que informa e que compreende a sua responsabilidade como um serviço à cidadania. Supõe também uma sociedade civil desenvolvida, negociadora com os seus diversos componentes e com capacidade propositiva. Os dois supostos estão em processo de construção no Peru, não estão totalmente desenvolvidos. A mesa, na sua atuação, está permitindo o seu desenvolvimento.

2. Institucionalidade fraca

As mudanças de governo, as mudanças ministeriais, geram turbulências no processo de concertação. Ter novas autoridades nos diversos níveis requer um esforço e tempo a mais para incorporá-los no processo avançado, para não detê-lo.

3. A participação não é sempre homogênea

Dos diversos setores que compõem a mesa, a situação é sem dúvida desigual e bastante variável, sobretudo por conta das freqüentes mudanças no setor público e da fraqueza das organizações da sociedade civil para manter uma participação permanente. Por outro lado, no Estado, as mudanças contínuas e a importância desigual que as autoridades dão à mesa produz uma participação desigual. Pelo lado das organizações sociais de base, que no geral procuram impactos diretos para as suas necessidades, fica mais difícil entender que o processo tinha tido, no primeiro momento, impactos maiores que não as atingem diretamente.

4. Os recursos

Sabemos, porém, que as nossas possibilidades de fazer um acompanhamento e de dar apoio ao desenvolvimento desses espaços e à capacitação dos seus membros são ainda pequenas, pela falta de recursos, mas também porque não existem suficientes instituições locais e regionais comprometidas com esses processos. O trabalho dos membros dos comitês executivos das mesas e, especialmente, do coordenador que deve se dedicar em tempo completo para que a mesa consiga os seus objetivos, é feito de forma voluntária. Se isso tem levado a um envolvimento muito grande das pessoas, nas atuais circunstâncias resulta insuportável.

5. A difusão

Nesses anos, a mesa tem feito um grande trabalho, contudo, a divulgação das suas conquistas para o conjunto da cidadania é fraca. Porém, a sua presença, nesse período, nos âmbitos departamental e nacional, projeta-nos como um espaço importante para a participação da sociedade civil e para o diálogo com o setor público.

6. Desenvolvimento de capacidades

As pessoas que sofrem com a pobreza devem ser reconhecidas como cidadãos e cidadãs plenas, com a sua capacidade de opinar e de decidir sobre o que é mais conveniente para elas. Pela sua pobreza, a sua cor, a sua língua, o seu sexo, tendemos a olhá-los como menores de idade, a ignorá-los e colocá-los nas alturas andinas, na selva longínqua ou no deserto poeirento. Porém, eles estão presentes na vida do nosso país e participam mais do que acreditamos. A mesa aposta em aprofundar a sua luta contra a pobreza, com base nesta capacidade que essas pessoas têm. Por isso, para que a sua participação na mesa seja real e plena, devemos nos comprometer com o desenvolvimento das suas capacidades.

Parte 3
Perspectivas para o Brasil:
pacto social ou novo contrato social?

Considerações sobre um novo contrato social: os sujeitos e o espaço de sua construção

Sílvia Camurça¹

Minha apresentação, aqui, tem dupla representação: a do pensamento feminista – decorrente de minha vinculação ao movimento de mulheres – e na condição de porta-voz da Inter-Redes, espaço do qual participo representando a Articulação de Mulheres Brasileiras. A Inter-Redes aglutina uma associação de ONGs – a Abong –, redes, fóruns e articulações nacionais de ONGs e movimentos sociais e é um espaço de formação de opinião e ação articulada.

A Inter-Redes foi se constituindo a partir da segunda etapa do processo eleitoral de 2002 e consolidou-se durante o processo de construção do CDES, período no qual um dos temas em debate foi o sentido e os desafios da proposta de um novo contrato social. Uma síntese das reflexões acumuladas neste espaço é tema que apresentarei mais adiante, pois socializarei, inicialmente, algumas reflexões com base no feminismo. Antes, porém, é imprescindível falar do nosso tempo, e por que, na minha opinião, tornou-se razoável – e até mesmo necessário – falar de um novo contrato social.

1. Socióloga, educadora da ONG SOS Corpo Gênero e Cidadania (Recife/PE), atual secretária-executiva da Articulação de Mulheres Brasileiras.

É bastante evidente que estamos, agora, vislumbrando a derrocada do pensamento único. Depois de um longo tempo de hegemonia de pensamento neoliberal, em que a democracia representativa dos países capitalistas ocidentais apresentava-se como forma final de governo da humanidade, e o mercado, como forma final da economia, começamos a dizer que *outro mundo é possível*, e a buscar alternativas de vida política após o neoliberalismo, nas quais a democracia possa ser aprofundada pela via da participação de muitos e diversos sujeitos na política.

Já não é possível para ninguém manter a crença absoluta no mercado e no liberalismo como agentes da felicidade, individual ou coletiva. Já está demonstrada publicamente a total incapacidade destes entes para realizar qualquer coisa que se aproxime de tal idéia. Por toda parte, aumenta a pobreza e universaliza-se o crescimento da desigualdade – inclusive nos países ricos.

O Fórum Social Mundial (FSM) é um espaço onde essa derrubada do pensamento único encontrou reforço importante. Esse espaço colocou em causa a idéia de que não temos outra saída a não ser a adaptação ao destino da globalização. Estamos voltando a acreditar que é possível mudanças, e isso é muito bom. Este é um tempo renovado, tempo de denúncia e resistência aos fundamentalismos – e, foi no FSM que feministas iniciaram uma campanha contra os fundamentalismos.

É neste contexto que começamos a falar e a ouvir falar, pela voz do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, sobre um novo contrato social. Compreendo a idéia *novo* em dois sentidos: restaurar algo rompido, porque a globalização neoliberal praticamente já destruiu o mesmo contrato anterior; e ampliar, recriar em novas bases, um contrato que, no passado, já nasceu limitado e excludente.

Acredito que a globalização tenha destruído o contrato capital-trabalho. A flexibilização e a chamada reforma do mercado de trabalho são os maiores indicadores, pois mantém-se e amplia-se a exploração sobre o trabalho, enquanto o emprego desaparece pela destituição dos direitos trabalhistas. A globalização já colocou por terra também as experiências do Estado de Bem-Estar, nas suas diferentes formas na Europa, e avançou contra o ideário da justiça social. A globalização já pôs em questão, enfim,

a multilateralidade do sistema de governança global, a interdependência entre países, enfraquecendo o contrato de cooperação Norte-Sul. Não sem razão, há pelo menos oito anos existe um grupo de agências e organizações que discutem a necessidade de um novo pacto de cooperação, porque o anterior, calcado na solidariedade, também parece coisa do passado, destróçado que foi pelo ideário da globalização neoliberal. Essas são as conclusões de Gita Sen, feminista economista indiana, que há alguns anos vem abordando o tema do contrato social.

Estando destróçados os contratos, na ausência de liderança internacional para reconstruí-los e diante do crescente unilateralismo norte-americano do governo George Bush, o debate lançado no Brasil torna-se, a um só tempo, ousado e desafiante, posto que vai exigir liderança nos âmbitos nacional e internacional. Diante das forças da globalização, nenhum país poderá, apenas no âmbito nacional, construir ou reconstruir contrato social de qualquer ordem.

Talvez por isso mesmo, pelo contexto de destituição de direitos e de ausência de liderança, amplia-se minha certeza de que é bom voltar a falar de contrato social. E, aqui, eu faço uma ressalva para tratar do ponto de vista do feminismo, o que já foi frisado pelo professor Boaventura de Sousa Santos: que se bem esses contratos estão desmantelados, eles continuam muitos problemas.

Pelo menos, no caso dos três contratos destacados por Gita Sen, o feminismo já demonstrou, desde muito tempo, que o contrato capital-trabalho nunca incluiu de forma suficiente a questão nem do trabalho doméstico e da reprodução, nem da igualdade das mulheres no mercado de trabalho assalariado. O Estado de Bem-Estar não foi suficiente para mudar a hierarquia entre produção e reprodução; o trabalho doméstico continuou como responsabilidade das mulheres, que tinham algum apoio do Estado para melhorar a realização das tarefas da reprodução social, mas nenhuma alteração se fez na divisão sexual do trabalho. E quanto ao contrato de cooperação Norte-Sul, só muito recentemente compreendeu-se a questão da desigualdade de gênero como um problema do chamado desenvolvimento.

Contudo, se esses contratos eram já capengas em sua origem, a destruição que seu desmantelamento produz sobre a cidadania e a qualidade de

vida restringiu, em muito, as possibilidades de mulheres ampliarem o acesso a direitos para todas as mulheres e de promoverem alguma presença política no espaço de pactuação do contrato, a arena política, espaço ele mesmo, até a pouco tempo, destituído de sentido diante do mercado, único ente de razão no pensamento liberal.

Essa situação explica a preocupação presente entre vários setores feministas, quanto aos sujeitos e aos espaços das novas pactuações. Destituídas que ainda são de poder econômico e de poder político, seriam as mulheres sujeitos legitimados do processo de um novo contrato social? O momento coloca a exigência, para o movimento de mulheres e para todos os movimentos sociais democráticos e emancipatórios, de conseguir, desta vez, fazer com que o pensamento feminista e as mulheres estejam nos espaços de pactuação, estejam convidadas à Mesa de Concertação.

É sabido, entretanto, que isso não será fácil – e não apenas para as mulheres. As dificuldades já se apresentam no Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social. Embora algumas redes do movimento feminista tenham tido representantes nas sucessivas reuniões que vieram acontecendo antes das eleições, os participantes da discussão são majoritariamente homens de paletó e gravatas, e, em geral, brancos. Assim, a pluralidade ainda está pouco plural. Considero este como um primeiro desafio.

De certa maneira, para o feminismo enfrentar o desafio de incluir as mulheres – ou seja, não só as saias, mas o pensamento feminista, que é o pensamento do sujeito político –, há de confrontar o patriarcado, aliado de primeiro momento do projeto da modernidade, seja pela cientificidade, seja pelo racionalismo ou pelo modo da relação produção-reprodução da ordem social capitalista, que se combinam muito bem. Quando me refiro a enfrentar o patriarcado, trabalho com a idéia bem ampla de patriarcado, ou seja, considerando-o um sistema no qual a maioria dos postos de poder está ocupada por homens. Isto é o que se vê. Em quase toda parte do mundo, as forças militares mantêm os postos de comando nas mãos dos homens, assim como estão nas mãos dos homens o comando das forças religiosas, a grande parte dos postos mais altos dos governos executivos, a esmagadora maioria dos espaços de poder dos legisladores e juízes, a direção dos partidos e de movimentos, a quase totalidade das indústrias,

bancos e todo tipo de propriedades. Viver num sistema assim é viver sob o patriarcado.

Para enfrentá-lo, é preciso conseguir pôr pensamento feminista e mulheres nos espaços de pactuação do novo contrato social, que, para ser justo e promover a justiça, precisará ser antipatriarcal e, em especial no caso brasileiro, ser anti-racista. Com isso, considero não ser mais possível, nestes tempos de Fórum Social Mundial, pensar em qualquer país ou em qualquer espaço de concertação para um novo contrato que se faça apenas como um acordo entre cavalheiros, onde não haja pluralidade de sujeitos.

Do ponto de vista da Inter-Redes, no debate sobre o contrato ou novo pacto, um campo de preocupações é também este, o da pluralidade da participação, ou seja, quem vai ser o sujeito do CDES: é a questão da pluralidade da sociedade civil, que deveria estar ali representada, para que o debate não esteja centrado apenas na relação capital-trabalho. Na Inter-Redes o CDES é também, ele mesmo, objeto de debate. Preocupava-nos inicialmente a possibilidade dele vir a refluir em importância e terminar em algo do tipo do Conselho da Comunidade Solidária, que teve seu mandato reduzido a programas emergenciais de assistência social, perdendo qualquer densidade política e importância para o desenvolvimento do país.

Uma segunda questão vincula-se à tarefa de debater e subsidiar a Presidência da República na promoção do desenvolvimento... Mas qual desenvolvimento? Este é um Conselho que irá considerar a idéia de sustentabilidade, a idéia de desenvolvimento sustentável? Ao longo dos anos 1990, um conjunto de movimentos da sociedade civil – quando ainda não acontecia o FSM – encontrava-se nos fóruns paralelos da Nações Unidas, e muitos conceitos alternativos à idéia do desenvolvimento econômico foram construídos, disputados e legitimados nesses processos: desenvolvimento social, desenvolvimento humano, desenvolvimento sustentável. Uma questão que está posta, portanto, diz respeito à concepção de desenvolvimento que norteará o CDES, posto que não poderá depender das posições individuais dos conselheiros e das conselheiras, certamente muito diferenciadas. Isto porque atrás da palavra *desenvolvimento econômico e social* pode haver um conjunto enorme de conflitos de interesse, que, muito

positivamente, deverão emergir neste Conselho, e que deve ser um ponto de tensão, no sentido positivo do debate, da discussão.

Mas há o risco de prevalecer, em nome dos interesses voltados para a necessidade de geração de empregos, um desenvolvimento que valorize demasiadamente o aspecto competitivo e, ao mesmo tempo, pouco solidário economicamente em relação a outros países, à América Latina ou à África. Entre as últimas discussões, havia, então, a ênfase de se ter um desenvolvimento solidário e sustentável, sublinhando-se uma preocupação com a política externa brasileira. Essas questões certamente também irão gerar tensões em relação ao debate, muito presente em algumas discussões, sobre o necessário aumento das exportações e do comércio.

No âmbito da Inter-Redes, considera-se importante que esta noção de desenvolvimento articule também a discussão de garantias dos direitos fundamentais. A luta por direitos humanos – enquanto síntese da luta por direitos de diferentes sujeitos, direitos econômicos, sociais, culturais, ambientais, por justiça de gênero – foi a força que melhor confrontou, desmascarou, deixou a nu, a crença de que o desenvolvimento é necessariamente bom. Assim, articular a discussão de desenvolvimento com direitos humanos é crucial em tudo o que fizermos, daqui para frente, em termos de um novo contrato social. Em especial, parece-nos relevante compreendermos este aspecto necessariamente vinculado ao fortalecimento da democracia.

Um outro conjunto de preocupações vincula-se a idéia mesma de contrato social. Compreende-se o Conselho como um espaço de reconstrução das bases de sociabilidade num sentido muito amplo, com diversos agentes da sociedade, novas bases de ação política, nova institucionalidade cidadã, nova institucionalidade pública. Reconhece-se, entretanto, que existe o risco do CDES ser menor do que isso, apenas renovando a institucionalidade estatal e não tanto a sociabilidade da política de forma mais ampla. E o risco, também presente, de se reduzir a um acerto de interesses divergentes entre capital e trabalho. Esta última opção é a que menos nos agrada. Seguimos, contudo, apostando e construindo uma possibilidade de contrato que renove o conjunto da vida política do país.

Em termos do modo de atuação da Inter-Redes, algo que temos valorizado nas discussões é a necessidade de a sociedade civil – ou, pelo menos, de os setores articulados de redes, de movimentos sociais, de defesa de direitos – desenvolver rapidamente estratégias de comunicação política, permanentes e fluídas com os demais setores da sociedade e com a opinião pública em geral, porque antes, durante e depois de cada reunião, todo o conjunto do governo e do contrato estará sendo disputado. Os debates no CDES e a construção do novo contrato serão uma dinâmica que exigirão muita comunicação política entre as redes de movimentos sociais, destas com setores próximos e com a imprensa. Isso é algo que precisamos desenvolver, para estarmos preparados para a disputa de sentido sobre o contrato social.

Por fim, quero frisar dois elementos muitos positivos que destacamos na proposta e na prática do novo governo: o fato de estar sendo amplamente debatida essa questão da representação no Conselho e o fato do Conselho articular a idéia de econômico com a perspectiva do social. Essas duas coisas já são – friso, em que pesem os riscos e as disputas que vão estar em torno das representações e da noção de desenvolvimento – muito positivas e inovadoras.

Mudar o modelo econômico

Roberto Baggio¹

Tendo em conta este debate sobre *democratizar a democracia*, pontuarei algumas questões sobre o tema. Inicialmente, quero afirmar que acredito que vivemos uma nova conjuntura política na realidade brasileira. Depois de um longo período histórico, há esta mudança no cenário político – a eleição de um presidente da República de um partido de esquerda, o Partido dos Trabalhadores (PT). E este é um ponto central, porque a partir desta transformação, poderemos visualizar o futuro, no sentido de pensá-lo com base em uma possibilidade histórica concreta. Por isto, esta é uma grande mudança que vivemos na história política brasileira e também latino-americana.

E este cenário político é fruto da derrota de um modelo e, ao mesmo tempo, uma derrota da elite, que se associou e implantou a atual forma de organizar nossa economia. Por outro lado, é uma vitória das classes populares, no sentido de que a vitória política atual é uma vitória do povo brasileiro. Com base nisso, o que está no cenário é o que será o novo

1. Coordenador do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) – Secretaria Estadual do Paraná e membro da direção nacional do MST.

período histórico da sociedade brasileira – e não somente um período conjuntural.

Mas a nossa reflexão é tão pouco na perspectiva de que, a partir de agora, o que está posto no debate, é esta tarefa histórica – como dizia Florestan Fernandes – da reconstrução nacional. Então, o patamar de luta, de debate, e os desafios que presentes estão em um cenário possível. E esse novo período histórico, que pode ser um período longo, está posto para esta geração, no sentido de talvez cumprir a tarefa histórica de completar a nossa construção, enquanto povo, enquanto civilização. Tendo presente que nós somos também um povo novo, considerando sua formação, acreditamos, contudo, que temos um acúmulo histórico capaz de enfrentar esses desafios.

A segunda questão que faço antes de entrar nos desafios é: esta conjuntura, este momento, é muito complexo, muito difícil, por isso que vai exigir muita sabedoria, muita inteligência e muita esperteza das classes populares, no sentido de cumprir, com clareza política, essa tarefa. Por que isso? Porque durante esses últimos quinhentos anos de implantação do capitalismo, há uma herança árdua, perversa, que está colocada nesse cenário, principalmente em nossa economia. E são esses grandes problemas, são essas primeiras grandes questões, que vão delimitar a possibilidade futura, ou não, de nós sairmos desta complexa conjuntura econômica, histórica e política também. Por quê? Porque a nossa economia está totalmente dependente, está fragilizada, está destruída, e é essa economia, e é esse cenário econômico-histórico, que o novo governo herda. E sobre ele tem que construir uma estratégia de sair numa perspectiva de horizonte diferente. Então, a herança desses quinhentos anos de capitalismo é uma herança de destruição na nação brasileira. É principalmente na área da economia que está a nossa dependência, a nossa fragilidade. A nossa vulnerabilidade é que faz com que os desafios que estão colocados sejam muito grandes, e vai exigir um pouco esse esforço do governo, da sociedade brasileira, para que a gente tenha condição de sair, numa perspectiva mais a longo prazo. Então, além da herança econômica, para não dizer a herança cultural, social, enfim, todos esses conjuntos de problemas que estão basicamente ligados e estruturados sobre este modelo que vem sendo implantado, nos últimos dez anos, que enfraqueceu o

Estado e criou um conjunto de problemas, que afetam o dia-a-dia de milhões e milhões de brasileiros.

Com base nessa perspectiva, enumerarei algumas questões, entendendo que nós estamos acumulando na discussão dos movimentos e nos debates junto com todas as forças e todos os setores da sociedade brasileira, que seriam os desafios colocados para as forças populares, compreendendo e entendendo que nós estamos numa nova conjuntura histórica, dentro de um cenário bastante complexo, mas que cabe a nós esta tarefa. No conjunto de desafios, um ponto fundamental é o de que nós precisamos qualificar o debate, intensificar a discussão sobre a problemática em que vivemos hoje – principalmente quanto a esse modelo, o modelo econômico atual, que tornou frágil e destruiu a nossa economia –, para que o povo brasileiro tenha a consciência e a compreensão das naturezas e dos problemas que vamos enfrentar pela frente; para que o povo se aposses dessa problemática e entenda porque temos de caminhar e construir uma perspectiva de mudança de modelo.

Assim, esse debate é fundamental para que haja essa compreensão da gravidade da problemática atual e, principalmente, para que o povo, balizado por isto, absorva para si a tarefa da reconstrução nacional. Para isso, é fundamental que se utilize, nessa pedagogia popular, todos os instrumentos de debate, de discussão, para que essas informações se multipliquem, se massifiquem nos meios sociais da nossa sociedade. Diante disso, todos os instrumentos – de rádio, televisão, jornais, enfim, todas as iniciativas populares – têm de massificar, divulgar e ampliar o nível de consciência política do nosso povo.

Um terceiro ponto, parte também do desafio fundamental, diz respeito às mudanças que precisamos construir e, principalmente, à alteração do modelo econômico, à mudança deste modelo na perspectiva de construir, a médio prazo, um modelo voltado mais para o abastecimento interno, voltado mais para a produção de alimentos e mais em torno da economia nacional, para que possamos recuperar as decisões internas do país. Nós iremos construir esse processo com uma grande caminhada, sendo fundamental que se estimule as mobilizações e as lutas, ou seja, somente o povo mobilizado, organizado, contribuirá para que as mudanças sejam implementadas.

O governo vai fazer a sua parte, mas é fundamental que a sociedade civil contribua dando esse sustentáculo, para que essas mudanças de fato ocorram e atinjam um pouco a expectativa de grandes mudanças gerada. Então, sem a sustentação popular, não teremos as mudanças necessárias. E, nessa perspectiva, também é importante que, com a conjuntura histórica diferente que vivemos neste país, a sociedade civil, o conjunto dos movimentos, se relacionem com a esfera do Estado, que é, hoje, um governo progressista popular, querendo implementar essas mudanças, mas preservando a autonomia como um processo permanente de troca de informação, de acúmulo e de debate.

Logo, é fundamental que a autonomia do conjunto dos movimentos seja preservada, para que as duas partes envolvidas e interessadas nesse processo de mudanças se complementem. Não é função só do Estado brasileiro fazer essas mudanças; o Estado vai fazer a sua parte, mas o fundamental é que a sociedade civil chame para si esta tarefa e implemente, nos seus espaços, políticas que irão acumulando nessa perspectiva. Por isso, para os movimentos populares, também existe o desafio da necessidade de multiplicar e preparar militantes e dirigentes, para assumirem essas tarefas da reconstrução da economia, da reconstrução da educação popular, da reconstrução de uma economia mais solidária. Para tal, serão necessários milhões de pessoas assumindo, para si, essa tarefa histórica da reconstrução do país.

Acreditamos que o grande projeto que estará em disputa neste novo período – projeto este que interessa principalmente a setores da burguesia e ao imperialismo – é a estratégia que envolve a implantação da Alca. O embate principal do novo período será a Alca, porque ela é parte deste projeto maior do imperialismo no conjunto da nossa América. Assim, atrás da Alca há grandes empresas transnacionais, que acreditam que, no próximo período histórico, uma das principais fontes de acumulação de capital estará em torno da privatização da água, da privatização do conjunto dos recursos naturais e também da privatização da biodiversidade, ou seja, o pensamento do nosso território é parte de uma estratégia maior. Diante disso, a discussão da Alca traz, no fundo, a continuidade ou não desse modelo. É por isso que a discussão e a grande articulação política, possíveis

de se construir em torno da Alca, serão grandes elementos de mobilização social, de formação política e de grandes lutas deste novo período histórico.

Creio que a principal tarefa, apresentada neste grande momento histórico, é a necessidade de nos prepararmos, de discutirmos, de acumularmos, para mudarmos o modelo econômico, pois sem sua mudança, será impossível avançar em políticas públicas, em políticas sociais e na perspectiva da reconstrução nacional. Acredito que o conjunto dos conselhos, dos espaços públicos, que com esse novo governo se abrem nos espaços do Estado brasileiro, têm de servir para, no fundo, fazer este debate: pequenas reformas, políticas compensatórias, e, na essência, analisar o problema do nosso povo.

O aspecto central é acumularmos forças para mudarmos o modelo econômico. Acreditamos que é em torno disso que está o principal espaço das articulações, das mobilizações e de nos prepararmos para o debate a longo prazo, porque não é possível fazer isto imediatamente. Tudo dependerá, um pouco, da capacidade, do acúmulo de força da sociedade brasileira, dos movimentos sociais, da iniciativa do governo, na perspectiva mais histórica de acumular, para que, de fato, as grandes mudanças ocorram por meio de profundas mudanças estruturais, mudando o modelo econômico.

E, a partir de então, nós também estaremos construindo, por meio do povo brasileiro, a nossa economia, a nossa política, a nossa compreensão de Brasil.

Por um novo contrato social que rompa com 500 anos de racismo

Edna Roland¹

Para me preparar para o debate em pauta, busquei estudar um pouco acerca da questão do pacto social e do contrato social, chegando à conclusão que, com base nesses conceitos não iria poder contribuir muito. Portanto, considero que a minha tarefa aqui é justamente tentar apresentar qual é a perspectiva deste setor significativo, a população negra, que representa quase metade da população brasileira.

O contrato social em vigência na sociedade brasileira, ao longo dos cinco séculos de história, após a ocupação do território pelos conquistadores portugueses, tem se caracterizado por um processo de exclusão de amplos setores da população, dos quais os negros e os indígenas têm constituído historicamente a esmagadora maioria.

Tendo a sociedade brasileira durante quatro séculos se desenvolvido nos moldes da economia escravista, importou cerca de 4 milhões de africanos,

1. Relatora-geral da III Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, realizada em Durban, em agosto – setembro de 2001. Presidenta da FALA PRETA! Organização de Mulheres Negras até abril de 2003, uma ONG que faz parte do Fórum Nacional de Mulheres Negras e da Articulação de ONGs de Mulheres Negras, que integram a Inter-Redes.

aos quais se somaram, posteriormente, 40 milhões de escravos *crioulos*, já nascidos no Brasil. Com o fim da escravidão, em função das mudanças ocorridas em nível internacional, no processo de desenvolvimento capitalista, a abolição foi realizada com base na perspectiva das elites, sem que políticas de inclusão fossem destinadas aos ex-escravos. Pelo contrário: a mão-de-obra escrava já vinha sendo substituída por imigrantes europeus, na medida em que o Estado brasileiro não considerou válido, naquele momento, o investimento necessário para incorporar a participação social de forma positiva das massas negras, que foram libertadas sem terra, sem capital, sem educação, sem moradia ou qualquer outro direito social.

Os negros se constituíram nos primeiros trabalhadores da sociedade brasileira e lideraram também as primeiras tentativas de libertação das relações de opressão neste país. A história dos vencedores não registrou devidamente a relevância de movimentos revolucionários, tais como a revolta dos alfaiates, dos malês, a Balaiada e, mais recentemente, a Revolta da Chibata. Tentou-se invisibilizar uma experiência histórica de governo negro, representado pela República de Palmares, que durou cerca de oitenta anos e que foi destruída pela ação de diversas ações militares, de grande vulto para a época.

Nos tempos modernos, o movimento negro e o movimento de mulheres negras têm-se constituído nos mais atuantes atores políticos da sociedade brasileira.

Ao longo de 114 anos de história pós-abolição, o primeiro ensaio de política pública, visando beneficiar especificamente a população negra, foi o artigo 68 das disposições transitórias da Constituição Federal de 1988, que garante a titulação das terras dos remanescentes de quilombos, mas, contudo, permanece sem implementação para a maioria das comunidades quilombolas.

A realização da Terceira Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata ofereceu uma oportunidade extraordinária de ampliação do debate político acerca do racismo no Brasil. E como resultado disso, algumas políticas públicas, ainda que isoladas, foram implementadas no governo de Fernando

Henrique Cardoso², e no âmbito estadual e municipal, em diversos Estados e municípios do Brasil. No processo eleitoral, o então candidato à Presidência da República, Luiz Inácio Lula da Silva, declarou sua concordância com ações educativas para negros nas universidades.

Todavia, se considerarmos as imorais desigualdades raciais no Brasil, comparáveis àquelas resultantes do *apartheid* na África do Sul, precisamos inverter a lógica natural das políticas públicas, para não nos envergonharmos daqui a quatro anos, quando chegarmos ao fim do governo Lula, e quando deveremos prestar contas ao mundo. *A igualdade racial precisa se transformar realmente em objetivo que oriente todas as políticas de governo, de tal forma que toda ação de governo deva necessariamente contribuir para reduzir a desigualdade racial, e não se admita nenhuma política que aumente a desigualdade*³. O Brasil precisa elaborar um Plano de Ação Nacional, previsto por Durban e criar o Relatório de Impacto na Igualdade Racial, como instrumento para formulação e execução dos orçamentos públicos. Se no Brasil é feito o Relatório de Impacto sobre o Meio Ambiente (Rima), pois estamos preocupados com as condições da natureza e a sobrevivência das gerações futuras, por que não deveríamos nos preocupar com a sobrevivência das gerações atuais?

O processo da mais importante eleição já realizada no país apontou para avanços significativos da temática racial. Primeiro, porque o tema das ações afirmativas e, especificamente, o das cotas para negros nas universidades estiveram presentes no centro dos debates. A ex-governadora e, hoje, ministra da Assistência Social, Benedita da Silva⁴, que assumiu o governo estadual do Rio de Janeiro com o afastamento de Anthony Garotinho, formou uma equipe que já é histórica pelo seu ineditismo. Nada menos do que 12 negros e negras integraram o primeiro escalão. O tema foi a primeira questão abordada no último debate do primeiro turno transmitido

2. Ex-presidente brasileiro, cujo cargo exerceu por dois mandatos: de 1995 a 1998 e de 1999 a 2002.

3. Grifo da autora.

4. Em 5 de abril de 2002, a então vice-governadora Benedita da Silva assumiu o governo fluminense, tendo em conta o afastamento do governador Anthony Garotinho para concorrer no pleito eleitoral à Presidência da República.

pela TV Globo e, lamentavelmente, temos de registrar que o nosso presidente Lula escorregou e foi mal na resposta.

Apuradas as urnas no primeiro turno, pudemos constatar um crescimento significativo de diversas candidaturas negras, como a de Paulo Paim, senador do Rio Grande do Sul, com mais de 2 milhões de votos; Vicentinho, deputado federal de São Paulo, com mais de 240 mil votos; e muitos outros candidatos pelo Brasil afora. Neste momento em que se inicia o governo Lula, é fundamental que o presidente dê uma inequívoca demonstração de que o *Brasil sem Racismo* não foi apenas uma peça publicitária de campanha. A exemplo do que fez a ex-governadora e agora ministra Benedita da Silva, Lula deve explicitar a sua vontade política e mostrar seu compromisso com a implementação do Programa de Ação de Durban, criando a anunciada Secretaria de Combate ao Racismo, a qual deverá estar vinculada à Presidência da República, estabelecendo a diretriz de contratação de negros e negras em todos os escalões de governo e buscando atingir uma proporcionalidade adequada. Deverá também assumir a chamada política de transversalidade, que prevê um enfoque étnico-racial em todas as políticas de governo, avaliando o seu impacto do ponto de vista da promoção da igualdade.

Todavia, sabemos que para o governo Lula poder de fato representar um marco em relação às escandalosas relações raciais existentes no Brasil, é necessário que os setores centrais do governo superem, na prática, a visão de que o pacto social se resume fundamentalmente a uma concertação entre os representantes do capital e os representantes do trabalho, dos quais deverão sair as propostas, se possível, consensuais em relação aos grandes desafios apresentados pelas reformas da previdência, tributária e trabalhista. Para isso, o núcleo central do governo precisa superar as visões neofreirianas, consubstanciadas no persistente mito da democracia racial brasileira.

É necessário que o governo Lula compreenda que – e aqui estou citando o próprio presidente no seu discurso de posse – a deterioração dos laços sociais no Brasil nas últimas duas décadas, decorrente de políticas econômicas que não favoreceram o crescimento e trouxeram – como disse o presidente no seu discurso – uma nuvem ameaçadora ao padrão tolerante da cultura nacional, representa apenas um nível intolerável

de insustentabilidade para a ampla parcela negra da população, que já vivia em absoluta situação de desrespeito aos seus direitos humanos, por diversas e diversas gerações.

A tolerância, tão festejada pela inteligência brasileira – representantes das elites –, infelizmente nunca pode ser vivenciada por aqueles que têm sido, historicamente, objeto da repressão do Estado e lançados para além dos limites da marginalidade. A violência urbana, referida pelo presidente como uma experiência próxima da guerra de todos contra todos, deve ser entendida como uma voz dos que não têm vez. Durante o Seminário Democratizar a Democracia, o secretário especial Tarso Genro comentou que o CDES deverá abrir-se para incorporar os setores que representam outras relações sociais, para além da relação capital-trabalho. Todavia, no período que antecedeu à constituição formal do Conselho, apenas dois negros – um homem e uma mulher – foram convidados a debater a idéia do Conselho. E, até o momento, não se confirmou a participação desses companheiros no Conselho que vai finalmente se formar, e nem a necessária ampliação da representação.

Além da pesada representação dos setores patronais e sindicais, preocupa-nos que os interlocutores preferenciais da área social tenham sido mais freqüentemente representantes do chamado *terceiro setor*, vinculados à filantropia de base empresarial. Esperamos que os setores populares – que têm se organizado com todas as dificuldades de quem não é dono do capital, têm menor acesso também ao capital social e representam um processo de auto-organização, tais como os negros, as mulheres, os indígenas, os homossexuais, os movimentos por moradia e outros direitos sociais – possam se fazer presentes e serem ouvidos diretamente pelo presidente do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, o nosso presidente Lula.

Presidente! – Se ele estivesse presente no Seminário, eu gostaria de lhe dizer: a gente não quer só comida; a gente também quer ter voz; a gente quer ser cidadão ou cidadã e quer ser de fato uma nação. Nós esperamos que o novo contrato social a ser construído no governo Lula represente também uma ruptura com os 500 anos de história de racismo e de negação da humanidade, de quase metade da população brasileira.



Missão

Contribuir para a construção de um mundo mais solidário, justo e harmônico, publicando literatura que ofereça novas perspectivas para a compreensão do ser humano e do seu papel no planeta.

**A gente publica o que gosta de ler:
livros que transformam!**

Temas importantes como o contrato social clássico e as propostas de novos contratos sociais, o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), a participação social no governo Lula, as ONGs no cenário político atual, as lutas contra a pobreza e o racismo, a mudança no modelo econômico e as perspectivas para o Brasil de um novo contrato social e o espaço de seu desenvolvimento são tratados aqui com profundidade por representantes do governo e da sociedade civil.

Tendo em vista a urgente necessidade de avaliação de possibilidades de criação de novas ordens sociopolíticas, econômicas e sociais para o Brasil, a Abong espera, com este livro, dar visibilidade às propostas de parcelas representativas da sociedade civil organizada, bem como de representantes governamentais, na esperança de que a temática da democratização possa ser debatida e efetivamente implementada.

No início do século XXI, ONGs, redes, fóruns e movimentos sociais brasileiros e de muitos outros países decidiram conquistar sua participação na construção de um novo contrato social: feito não só “de cima para baixo”, mas horizontalmente, com as realidades e intempéries sociais realmente incorporadas no cerne desse contrato. No Brasil, o atual governo propôs-se a abrir vias para essa inédita participação acontecer e incumbiu seus ministérios e secretarias de dialogarem, permanentemente e de várias formas, com a sociedade civil brasileira.

A Abong traz nesta publicação as reflexões do seminário *Democratizar a democracia*, ocorrido durante o III Fórum Social Mundial, cujo objetivo foi justamente discutir os espaços públicos democráticos entre governo e sociedade civil.

Como construir um governo que possibilite a participação e que acolha as demandas dos diversos setores da sociedade? Como ONGs devem atuar para lograr uma sociedade mais igualitária? Quais os rumos que devem ser seguidos pelo novo governo federal para que o Brasil seja um país mais justo? Essas foram algumas das perspectivas levadas em conta para que processos históricos e concepções fossem revistos a fim de que sejam construídas novas institucionalidades, novos espaços públicos, um novo contrato social que realmente fortaleça e efetive a democracia.

Apoio



ISBN 857596015-6

